



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ADELMA RAMOS DA SILVA

**AS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO VILA
BELA, SERRA TALHADA-PE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA.**

Serra Talhada

Ano 2018

ADELMA RAMOS DA SILVA

**AS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO VILA
BELA, SERRA TALHADA-PE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração:

Orientador(a): Prof. Éder Lira de Souza Leão

Serra Talhada

Ano 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586m Silva, Adelma Ramos da
As mudanças nas condições de vida da população do bairro Vila Vela,
Serra Talhada – PE a partir da implementação do Programa Minha Casa
Minha Vida / Adelma Ramos da Silva. – Serra Talhada, 2018.
85f. : il.

Orientador: Éder Lira de Souza Leão
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em bacharelado em
Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Políticas públicas. 2. Política Social. 3. Política habitacional. I. Leão,
Éder Lira de Souza, orient. II. Título.

CDD 330

ADELMA RAMOS DA SILVA

**AS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO VILA
BELA, SERRA TALHADA-PE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Me. Éder Lira de Souza Leão
Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE

Profa. Msc. Luciano Galvão Freire Júnior
Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE

Profa. Dra. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE

Serra Talhada – PE, 14 de agosto de 2018.

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus que me deu a vida e me permitiu pesquisar e buscar as informações necessárias para realizá-lo, e a minha família o meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida que me permitiu chegar até aqui, apesar de tantos obstáculos pelo caminho.

Agradeço ao professor e orientador Éder Lira de Souza Leão, que me orientou desde o início, pacientemente me indicou os passos a seguir para a realização desse trabalho, que por várias vezes me senti incapaz de concretizá-lo.

A todos os professores do curso, destacando os professores da disciplina de Matemática “Felipe Reis e Felipe Mendonça”, a Marisela, que mesmo distante, sempre que eu fraquejava lembrava-me da sua frase antes de partir, “não desista”, Francisco José, Rachel Almeida, Carla Calixto, Adelson, Luciano Galvão, Priscila Freitas, Lindalva, Everlândia, Leonardo Mendes, Lívia Pires, Nicole Pontes e aos demais, pois todos foram muito atenciosos e pacientes comigo e também a todos os colegas que fizeram parte dessa caminhada e, especialmente a Lúcia Vitorino, Socorro Sousa, Julian Lopes, Renan Medeiros, João de Deus, Jeane, Adeilson, Antônio Neto e muitos outros que sempre estavam dispostos a colaborarem e me darem apoio e estímulo para que eu seguisse em frente.

Ao meu filho Gleiciélmo que sempre me incentivou a continuar estudando, a minha irmã Adelita, aos sobrinhos Élvio Luís, Haildes, Silviany e a todos que me apoiaram de alguma forma para que eu prosseguisse na luta.

Agradeço a população do bairro Vila Bela em Serra Talhada – PE, que me receberam e contribuíram com informações importantes e necessárias para a realização deste trabalho.

*“O êxito da vida não se mede pelo
caminho que você conquistou, mas
sim pelas dificuldades que superou
no caminho”.*

(Abraham Lincoln)

RESUMO

Este trabalho buscou estudar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no bairro de Vila Bela, município de Serra Talhada - PE. O programa foi inicialmente implementado no Brasil em 2009, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional em todos os municípios brasileiros e ao mesmo tempo estimular o crescimento da economia com a construção civil, em contraste com a crise internacional existente no período, o programa propiciou empregos, aumento do comércio de material de construção, oportunidade de famílias de baixa renda adquirir a casa própria. Com o objetivo de identificar em que medida o PMCMV promoveu mudanças nas condições de vida das famílias beneficiadas, foi realizada uma pesquisa de campo no bairro Vila Bela que foi planejado e construído com a implantação do programa em Serra Talhada – PE, para coletar dados, onde foi obtida uma amostra de cento e cinquenta famílias, representando 9,4% da população do bairro. Onde se obteve os resultados esperados em relação à realização do sonho da casa própria para muitas famílias. Foi observado no estudo que ainda que haja dificuldades e necessidades de outras mudanças, as famílias entrevistadas e beneficiadas com o programa demonstraram satisfação em terem saído do aluguel e afirmar que possuíam uma residência própria. O PMCMV possibilitou a muitas famílias a aquisição de um imóvel e outras mudanças nas condições de vida e renda delas.

Palavras-chave: Políticas Públicas Sociais; Políticas Públicas Habitacionais; Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

This academic work aimed to study the Program Minha Casa Minha Vida (PMCMV) on the neighborhood of Vila Bela, city of Serra Talhada in state of Pernambuco. The program was initially implemented on Brazil in 2009, with the objective of reducing the housing deficit in all Brazilian cities and at the same time stimulate economic growth with construction, in contrast to the international crisis at the time, the program provided jobs, increase of building material trade, opportunity for low-income families to acquire their own home. With the objective of identify the extent to which PMCMV promoted changes on the living conditions of beneficiary families, a field survey was conducted in the neighborhood of Vila Bela which was planned and built for the implementation of the program in Serra Talhada city, to collect data, where a sample of one hundred and fifty families was obtained, which represents 9.4% of the population of the neighborhood. Where was obtained the expected result about the dream of home ownership for much families. It was observed on the study that although there are challenges and needs of other changes, the families interviewed and benefited by the program demonstrated satisfaction about left the rent and affirm that they had a own home. The PMCMV made possible many families to acquire a residential property and other changes in their living conditions and income.

Keywords: Social public policies; Housing public policies; Minha Casa Minha Vida.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estado de Pernambuco, municípios e distrito estadual.....	35
FIGURA 2 – Município de Serra Talhada.....	36
FIGURA 3 – Bairro Vila Bela.....	37
FIGURA 4 – Distância do bairro Vila Bela para o Centro de Serra Talhada.....	37
FIGURA 5 – Casas do bairro Vila Bela	56
FIGURA 6 – Creche do bairro Vila Bela	62
FIGURA 7 – Posto de Combustível do bairro Vila Bela	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Demonstrativo do estudo de campo realizado no bairro Vila Bela.	39
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade das pessoas entrevistadas	42
TABELA 2 – Resultado do estado civil das pessoas entrevistadas.....	43
TABELA 3 – Resultado da naturalidade das pessoas entrevistadas	44
TABELA 4 – Resultado da escolaridade das pessoas entrevistadas	45
TABELA 5 – Resultado da ocupação das pessoas entrevistadas	46
TABELA 6 – Resultado referente à transferência de renda das pessoas entrevistadas.....	47
TABELA 7 – Resultado da renda das pessoas entrevistadas	48
TABELA 8 – Resultado das pessoas que moravam antes e atualmente	49
TABELA 9 – Resultado da quantidade de pessoas na residência antes e atualmente.....	50
TABELA 10 – Resultado referente ao ano da transferência das pessoas para o bairro Vila Bela	51
TABELA 11 – Resultado da situação de moradia antes	52
TABELA 12 – Resultado da estrutura da residência anterior das pessoas entrevistadas.....	53
TABELA 13 – Resultado dos equipamentos comunitários antes, das pessoas entrevistadas.	54
TABELA 14 – Resultado quanto à habitabilidade da residência das pessoas entrevistadas...	57
TABELA 15 – Resultado referente à segurança, construção e estética das residências.	58
TABELA 16 – Resultado da infraestrutura e equipamentos do bairro Vila Bela	60
TABELA 17 – Resultado das sugestões das pessoas entrevistadas para melhoria das condições de vida no bairro Vila Bela.....	64
TABELA 18 – Resultado dos benefícios que a casa do PMCMV trouxe para as famílias.....	66
TABELA 19 – Resultado das dificuldades para aquisição da moradia, transferência e adaptação no conjunto habitacional.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Internacional do Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Caixa de Aposentadoria e Pensões

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CEF – Caixa Econômica Federal

COHAB – Companhia de Habitação Popular

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FCP – Fundação Casa Popular

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FCP – Fundação Casa Popular

FJP – Fundação João Pinheiro

FIS – Faculdade de Integração do Sertão

FNDU – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

HIS – Habitação de Interesse Social

IAPS – Instituto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IF – Instituto Federal

INOCOOP – Instituto de Orientação a Cooperativas Habitacionais

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPASE – Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado

IPMF – Imposto Provisório de Movimentação Financeira

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento

OGU – Orçamento Geral da União

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAIH – Plano de Ação Imediata para a Habitação

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência à Saúde

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SEDU – Secretaria Especial de Políticas Urbanas

SEPURB – Secretaria de Política Urbana

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SINPAS – Sistema Nacional de Assistência e Previdência

SFH – Sistema de Financiamento Habitacional

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social

UAST – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UFRPE – Universidade Federal Rural do Estado de Pernambuco

UPE - Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	18
1.1.1 Objetivo Geral	18
1.1.2 Objetivos Específicos	19
1.2. Organização do Trabalho.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Conceituando Política – O que é Política?	20
2.1.1 Política, Poder e Estado	20
2.1.1 Políticas Públicas.....	21
2.1.2 Políticas Sociais.....	23
2.1.3 Políticas Sociais no Brasil	25
2.1.5 Políticas Habitacionais no Brasil.....	27
2.2 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	32
3 METODOLOGIA.....	35
3.1 Localidade do estudo	35
3.2 Métodos Utilizados.....	38
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	40
4.1 PMCMV no bairro Vila Bela.....	40
4.2 Condições socioeconômicos das famílias do bairro Vila Bela e efeitos do PMCMV	42
4.2.1 Perfil Socioeconômico.....	42
4.2.2 Convivência, transferência e mudança (anterior e atual)	49
4.2.3 Condições da moradia Antes	52
4.2.4 Condições da moradia Atual.....	55
4.2.4.1 Percepção/avaliação do beneficiário sobre a residência recebida e o entorno	57

4.2.4.2 Infraestrutura e equipamentos do conjunto habitacional.....	59
4.3 Sugestões de melhoria do bairro pela percepção dos beneficiários.....	63
4.4 Identificações dos benefícios que o PMCMV proporcionou as famílias, e as dificuldades para a adesão, aquisição e adaptações no conjunto habitacional.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A Questionário das entrevistas	78

1 INTRODUÇÃO

A moradia digna é importante para todos os membros de uma família, por se tratar de um bem material fundamental que todo indivíduo almeja alcançar como parte de uma realização em sua vida. Por meio da literatura e dados secundários e de uma investigação empírica esse trabalho visou adquirir conhecimentos sobre as políticas públicas de melhoria das condições de moradia e de vida em particular o PMCMV e que retornos são esperados.

Os problemas com habitação no Brasil surgiram entre os séculos XIX e XX, a partir do crescimento da população e concentração urbana nas cidades. Alguns eventos e fatos históricos como a abolição da escravatura, crise da agricultura cafeeira e industrialização promoveram elevadas imigrações, do rural para o urbano, especialmente nas capitais e grandes cidades do país. Esse conjunto de cenários propagou cortiços e favelas nas primeiras regiões metropolitanas industriais, São Paulo e Rio de Janeiro. E somando-se a esses, surgem problemas de infraestrutura, o que fez com que muitos movimentos da classe operária com baixa renda reivindicassem direitos sociais (SOUZA, 2000).

Algumas políticas públicas foram criadas para solucionar as demandas habitacionais como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPS) e Lei do Inquilino¹ no governo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1942. Em 1946 foi criada a Fundação Casa Popular em nível nacional, primeira instituição pública voltada para o desenvolvimento habitacional, mas em 1964 foi extinto e depois criadas outras iniciativas, o Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH)².

Após a extinção do BNH através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, as atividades foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, esse período até 1989, passou por crise nos financiamentos, devido inadimplências de mutuários e para atender as famílias com renda inferior a três salários mínimos foi criado em 1987 o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais sob a gestão da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), projetado para a construção de 550.000 casas, com financiamentos individuais reduzidos com cotas distributivas, entretanto, à expansão do programa não atingiu a meta devido problemas inflacionários e administrativos dos recursos. (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

¹ Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de Agosto de 1942.

² Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

De acordo com a Constituição brasileira de 1988, no seu **Art. 23** informa que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: **IX** - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

A partir de 1990 houve mudanças no Sistema de Financeiro de Habitação (SFH), facilitando a quitação dos imóveis construídos para as famílias com rendas baixas e a inclusão da participação das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal, com base na Constituição de 1988, nos programas habitacionais que serão apresentados no referencial histórico, para atender as demandas das classes sociais por melhores condições de moradias no território nacional.

O aumento da população em uma determinada cidade gera crescimento dos problemas habitacionais e na infraestrutura social, um exemplo é a especulação imobiliária, que com o adensamento e aumento da procura provoca uma alta nos valores de compra e aluguéis de habitações e dos terrenos urbanos. Muitas famílias que não possuem moradias próprias e não possuem um poder aquisitivo compatível com essas transformações urbanas, sofrem as consequências e terão que optar por espaços inadequados ou nos arredores da cidade onde não se encontram infraestrutura adequada e condições básicas de moradia, desse modo, pode-se encontrar um aluguel com valores mais baixos e/ou oportunidades de construir moradias com valores compatíveis com suas condições ou até mesmo em terrenos ilegais e de forma irregular, o surgimento dessas habitações nas grandes metrópoles é conceituado pelo IBGE como aglomerados subnormais³.

No município de Serra Talhada-PE, área geográfica escolhida para o estudo, localiza-se no Sertão do Pajeú, verificou-se, através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que no ano de 2000, contabilizou uma população de 49.605 e, no ano de 2010, 61.275. Apresentando um crescimento significativo de 23,53% nesse período, com uma taxa média anual de 2,14%, inclusive a taxa de urbanização do município passou de 69,95% para 77,34%. E segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, a população do município foi estimada em 84.352 habitantes, o que representaria um aumento aproximado de 6,46% em relação ao último censo que foi de 79.232 pessoas.

³ Conceito de Aglomerado Subnormal no IBGE

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Vários fatores contribuíram para estes aumentos, alguns positivos como: a expansão do ensino superior nos últimos doze anos⁴, as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e o Projeto Ferrovia Nova Transnordestina gerando oportunidades de empregos diretos nas obras além de estimular atividades econômicas indiretas no município como a expansão imobiliária, estimulada pelo crédito, oportunidades de rendimentos com aluguéis, além de aumento no fluxo do comércio local. Contudo, como fatores negativos apresentam-se a especulação imobiliária e o êxodo rural causado pelas secas prolongadas, o que trouxe muitos agricultores a cidade em busca de oportunidades de trabalho e nem sempre encontram locais adequados para habitar.

Em 2009, foi iniciado no país o Programa de habitação Minha Casa Minha Vida (PMCMV), visando reduzir o deficit habitacional e estimular o crescimento econômico e que tem sido implementado em muitas cidades brasileiras incluindo Serra Talhada-PE que está sendo contemplada com esse programa e ampliando alguns bairros como a Vila Bela e Vanete Almeida no distrito de Serra Talhada, inclusive o planejamento do bairro de Vila Bela, que fica numa área afastada dos principais bairros de Serra Talhada, tendo apenas duas vias de acesso – BR-232 e uma estrada (corte da ferrovia) pouco iluminada e que dificulta e inibe de transitar, especialmente pelo medo de assaltos. Portanto, o que se indaga é conhecer que soluções e mudanças o PMCMV proporcionou para as famílias dessa comunidade?

Alinhado a questão de pesquisa, problematização e os destaques da justificativa, foram traçados os objetivos: geral e específicos para nortear os passos dessa pesquisa e responder o problema principal levantado.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Identificar em que medida o PMCMV promoveu mudanças nas condições de vida da população que passou a habitar o bairro Vila Bela em Serra Talhada-PE.

⁴ (Unidade Acadêmica de Serra Talhada da UFRPE; UPE, IF-Sertão e ampliação dos cursos da FIS).

Objetivos Específicos:

1. Caracterizar os antecedentes históricos e literatura sobre políticas públicas e políticas sociais, especialmente as habitacionais;
2. Identificar sob o ponto de vista socioeconômico as contribuições do PMCMV em relação à situação anterior, de moradia, de renda e melhorias nas condições de vida das famílias;
3. Analisar os benefícios que o programa proporcionou às famílias e quais dificuldades foram encontradas para a adesão, aquisição e adaptações nas novas residências.

1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para melhor compreensão desse trabalho, no segundo capítulo encontra-se uma revisão literária da conceituação de “política” segundo a percepção de alguns autores e a distinção de políticas públicas e sociais e políticas públicas sociais habitacionais e especificamente do que se trata o Programa Minha Casa, Minha Vida.

No terceiro capítulo apresenta a localização onde o trabalho foi realizado e os métodos utilizados para atingir os objetivos.

Enquanto que, no quarto capítulo contém os resultados obtidos, apresentando os dados encontrados na amostra da população estudada.

E no quinto capítulo contém as considerações finais do trabalho, onde há um breve resumo e os resultados alcançados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituando Política – O que é Política?

O início do uso do termo “política” tem origem na Grécia, no século IV a.C., através da obra de Aristóteles, *A Política*. Origina-se de *polis* (politikós), que se refere ao que é urbano, civil, público e ao Estado. Evidencia-se que a política está relacionada ao poder, no entanto há amplos conceitos que se direcionam para a habilidade de atuar com o que é público. Na literatura inglesa há uma distinção entre *politics* e *policies*. *Politics* refere-se às estratégias utilizadas para alcançar objetivos, que poderão ser empregados em organizações partidárias para alcançar o poder e/ou em setores privados como empresas, associações, grupos sociais e em família. E o termo *policy* ou no plural *policies* corresponde à ação do governo com autoridade legítima para executar ações com os recursos disponíveis que atendam as necessidades da sociedade (DIAS; MATOS, 2012).

De acordo com Arendt (1998), a política surge das relações externas entre os homens e família, essa junção de seres humanos dá a liberdade de cada membro para ser a sua essência dentro da pluralidade onde está inserido, onde se adquire uma necessidade natural para conviver com as diferenças na vida humana e assim também na sociedade. E como o homem não é autárquico, ele depende de outros para viver, a política objetiva possibilitar ao homem buscar seus objetivos dentro de um espaço onde haja uma convivência tranquila com as diversidades, com garantias de direito a vida, ter o seu sustento e um pouco de felicidade.

2.1.1 Política, Poder e Estado

A política é aplicada por imposição do poder de um indivíduo ou de um grupo legitimado para exercer ações que afetam outros diferentes grupos dentro de uma sociedade. E este poder é representado pelo Estado que surgiu no século XVI consolidando-se em poder real como a nobreza, os parlamentos, as cidades livres e as igrejas. E ao longo da história para chegar ao Estado moderno passou por várias formas como o Absolutismo onde o rei era soberano até o século XVIII, e Estado-nação (país) no século XIX onde o povo é o soberano, ou seja, que exerce a autoridade pública de formar a instituição que lhe representa e é esta a

forma que se mantém até os dias atuais e que é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), entretanto, com aplicações diferenciadas sem perder a sua essência. O Estado Moderno representa uma associação política que forma a instituição de cada país. O governo por sua vez, representa a organização de poder a serviço do Estado (DIAS; MATOS, 2012).

Conforme Pereira (2017), um Estado nacional ou Estado-nação é composto pelo Estado, o território e a nação (ou nações) que corresponde à sociedade civil. O Estado é constituído institucionalmente por uma organização formada por políticos, militares e burocratas que tem o poder de tributar, legislar e exercer a ordem jurídica representando um instrumento de ação coletiva da nação ou da sociedade civil. A sociedade que partilha o mesmo território representa a *nação* que prima autonomia e desenvolvimento econômico como principais objetivos. A sociedade politicamente organizada que reivindica garantias dos direitos civis e sociais compreende a sociedade civil.

O poder constituído por um Estado representa o poder mais importante para organizar, administrar e assegurar garantias de vida de uma sociedade. É o Estado o autor responsável em fazer as mudanças para atender as reivindicações das lutas de classes, o que requer um amplo conhecimento das demandas da sociedade e um conjunto de habilidades e compreensões para a construção do processo de governabilidade (SILVA, 2010).

A preocupação com governar bem surge entre os séculos XVI e XVIII, a ideia de que para ser um bom governo está além das suas habilidades é necessário possuir a capacidade de administrar bem a sua família e os seus negócios o que implica na arte de exercer um conjunto de procedimentos para proporcionar a sociedade garantia de uma boa convivência coletiva compreendendo os aspectos humanos e de relações internas e culturais da sociedade (SILVA, 2010).

2.1.2 Políticas Públicas

Conforme Sousa (2002), na literatura há diversas definições para as políticas públicas, porém todas se resumem em colocar o poder governamental em ação, que correspondem suas propostas, programas e ações e estas devem ser analisadas no sentido de corresponder às mudanças que solucionem problemas, e sempre que necessário se propor a mudar o rumo de suas formulações com implementações coerentes com as situações no mundo atual.

Segundo Dias; Matos (2012), as políticas públicas refletem as ações da autoridade do poder que formula as leis para solucionar os conflitos que possam surgir entre os variados interesses particulares de uma sociedade a fim de que todos convivam pacificamente e felizes, e nesse contexto a política exerce um conjunto de procedimentos que possibilitam o bem-estar.

De acordo com Castro; Oliveira (2014), políticas públicas é o conjunto de políticas, programas e ações institucionais que atendam as necessidades essenciais de interesse coletivo como direito de todos os cidadãos. As políticas públicas também podem ser criadas de formas indiretas, ou seja, como meios de disputar entre políticas partidárias, a sua essência na elaboração, não focaliza de fato a preocupação com a nação e sim a oportunidade de manter-se no poder com o uso das políticas que atribuem direitos e/ou deveres e que possam trazer possíveis resultados satisfatórios para a população de todo e/ou parte do contingente territorial.

As políticas públicas segundo Castro; Oliveira (2014) divide-se em cinco dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional, semelhantemente Dias; Matos (2012), quanto aos tipos de políticas públicas elas podem ser: social, macroeconômica, administrativa e específica ou setorial. Entretanto, existe uma divisão de políticas conhecida como a tipologia clássica de Theodor Lowi (1964; 1972, apud DIAS; MATOS, 2012)⁵ ou teorias das arenas, elas podem ser agrupadas indicando quem formula as medidas a serem tomadas, para qual finalidade e para o que ou a quem se destina que podem ser:

Políticas *regulatórias* são aquelas destinadas a controlar, reprimir ou definir como e quanto se deve usufruir de um direito, espaço, bem ou serviço público ou privado dentro de um território, regras de tráfico aéreo, marítimo ou terrestre, defesa do consumidor, leis do trabalho.

Constitutivas ou estruturadoras são as políticas que estabelecem as regras das outras políticas; competências políticas, jurídicas, sociais e organizacionais inseridas no âmbito governamental, onde se formalizam as decisões das ações a serem adotadas em um território.

⁵ LOWI, **Theodor**. “*American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory*”, World Politics, 16: 677-715. 1964.

LOWI, **Theodor**. “*Four Systems of Policy, Politics, and Choice*”. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

Distributivas são financiadas pela população, para beneficiar a determinados grupos ou regiões, sem afetar os indivíduos não envolvidos, como os subsídios a produção para exportação, isenções tarifárias para grupos distintos, construção de rodovias, assistência aos casos de fenômenos naturais etc.

Redistributivas são financiadas por uns, para beneficiar a outros, em forma de direitos ou deveres, diretamente através de transferências monetárias ou indiretamente em investimentos para a redução das desigualdades sociais, como os programas de previdência, bolsa família, seguro-desemprego, reforma agrária, cotas raciais para universidades.

2.1.3. Políticas Sociais

Antes do século XVIII, os problemas sociais eram vistos como um problema natural entre a força do bem ou do mal, destino ou castigo divino e cabia a cada indivíduo uma atitude de conformismo causando piedade e a caridade e que cabia à igreja prestar assistência aos doentes, deficientes e miseráveis. Após a crise do feudalismo na Europa Ocidental e a Revolução Industrial houve um avivamento em relação à vida das pessoas que antes viviam no modo rural as quais buscavam explicações e soluções para seus problemas (CASTEL, 1998 apud ROTTA; REIS, 2007)⁶.

A política Social emerge na Europa Ocidental entre o século XVIII e XIX, com o crescimento do capital e das produções industriais, onde surgem os movimentos urbanos da classe trabalhadora que estimam as suas necessidades humanas “o proletariado”, devido à exploração por parte da classe capitalista “a burguesia”, que não mediam as consequências para aumentar as suas riquezas. Nesse despertar por parte da classe menos favorecida reconhecendo a sua submissão às injustiças, dá-se a formação de uma sociedade dividida que vigora até os tempos atuais (NETTO, 2009).

Com a divisão de classes a partir do capitalismo industrial e o crescimento populacional nas cidades, surge a preocupação com as necessidades inerentes as condições básicas para os habitantes urbanos compostos de todas as classes. Os regimes políticos que antes existiam não atribuíam direitos necessários para solucionar os problemas dos conflitos demandados pela classe trabalhadora. Com a industrialização e o desenvolvimento

⁶ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

socioeconômico se determina ações atribuindo direitos de proteção trabalhista para minimizar os conflitos gerados pelos movimentos das classes (HÖFLING, 2001).

Com o declínio do absolutismo, da revolução burguesa e do modo de produção liberal no final do século XIX e início do século XX, os direitos sociais surgem para proteger a classe operária que viviam nas cidades industrializadas da Europa Ocidental de forma desumana, e posteriormente a conscientização de “direitos sociais” espalhou-se por toda Europa e a América Central e passou a ser visto como necessidades inerentes à vida humana (ROTTA; REIS, 2007).

A incorporação da provisão dos direitos sociais ao Estado passou a vigorar a partir de 05 de fevereiro de 1917 quando foi promulgada no México a “Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos” na qual constava a expansão do sistema de educação pública, reforma agrária, proteção do trabalho assalariado, garantias de liberdades individuais e políticas e quebra do poderio da igreja. Com a constituição, o trabalho deixou de ser visto como uma mercadoria e os direitos trabalhistas se igualaram aos dos empregadores. A Constituição de Weimar que entrou em vigor em 1919 na Alemanha ou Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado na qual as mulheres passaram a ter os mesmos direitos dos homens, também contribuiu com a evolução dos direitos sociais (MUNARO, 2013).

Em 1942 a Grã-Bretanha se destacou com providências em relação à seguridade no trabalho, assistência à saúde e promoção profissional que influenciou outros países a seguirem seu modelo na formação do sistema de Estado do Bem-Estar que correspondia garantias sociais a todos os cidadãos, não como caridade e sim como direito. Após a segunda guerra mundial, com a retomada da valorização dos direitos humanos a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, constituindo-se um importante documento que enfatiza a dignidade do ser humano e a solidariedade (MUNARO, 2013).

Bobbio (1992, 2004), também expressou a importância da Declaração de 1948 em sua obra “A Era dos direitos”, onde ele considera uma afirmação dos direitos em sentido positivo e universal porque a partir de então os direitos são para todos os homens e passa a ser um direito protegido do cidadão do mundo.

2.1.4 Políticas Sociais no Brasil

Diferentemente de outros países, as políticas sociais no Brasil aconteceram num período onde o regime em vigor era o autoritarismo, o qual exercia a sua intervenção com aparente humanidade. Em 1919, com a pressão das classes trabalhadoras e espelhadas em experiências vivenciadas por outros países surge à primeira modificação no tratamento com a questão social pelo governo, com a promulgação da Lei de Acidentes, e em 1923, foi criada a Lei Elói Chaves tipo um seguro social para os trabalhadores ferroviários, em que os trabalhadores contribuía às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), uma iniciativa para a previdência social (TEXEIRA, 2007).

Entre 1930-1960, período da agroexportação as políticas sociais foram direcionadas a proteção dos trabalhadores após suas reivindicações, as quais foram atendidas no sentido de manter as exigências do mercado consumidor e a manutenção do poder no sistema autoritário vigente. Em 1933, foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS) estendendo-se a classe de todos os trabalhadores. O período foi marcado por importantes acontecimentos como: a criação da carteira de trabalho, salário mínimo e dos ministérios da indústria, comércio, trabalho, saúde e educação e a promulgação da Constituição Federal de 1946 a qual defendia as ideias liberais (FARIAS, 2011).

O país brasileiro iniciou o seu desenvolvimento inspirando-se em políticas econômicas internacionais com a industrialização, predominando em seu conjunto as desigualdades e que foram agravadas no período de 1964-1985 com o regime autoritário, desencadeando um problema social que cresce e acumulam-se até os dias atuais causando desequilíbrios econômicos internos e externos, devido à deficiência das políticas na aplicação dos direitos sociais fundamentais e de uma infraestrutura adequada (PEREIRA, 2012).

Com o golpe militar em 1964, o país passou por uma fase de interesses capitalistas e de desenvolvimento econômico, deixando as políticas sociais estagnadas, porém em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que foi unificado nos anos 70 denominado o Sistema Nacional de Assistência e Previdência (SINPAS) e posteriormente conhecido como INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), com os movimentos das classes e as formações de sindicatos a nação conquistou o direito de escolher um representante em 1985, neste governo republicano houve uma preocupação em combater as desigualdades em que resultou na Constituição Federal de 1988, um importante mecanismo da intervenção do

Estado que passa a ser responsável em promover políticas públicas sociais consolidando a importância dos direitos sociais da cidadania (AUGUSTO, 2011).

Em 1990 o neoliberalismo se instala no país desmontando o embrião da “Carta Magna”, onde se constata que o país não chegou ao bem-estar social como aconteceu em outros países, e com o novo modelo de vigência que se instaurou com bases mercantilistas no processo da globalização estendendo-se as relações mercantis e confrontando-se com os problemas públicos, medidas institucionais foram direcionadas para atender mecanismos dos financiamentos internacionais, as suas políticas sociais sempre se direcionam a beneficiar minimamente uma minoria e ao máximo aos mercantilistas (AUGUSTO, 2011).

Segundo Oliveira (2003), no período neoliberalista houve uma descentralização das responsabilidades no combate à pobreza e desigualdades sociais, inserindo-se as parcerias dos municípios, Estados e sociedade com os programas criados a partir de então como: Programa Comunidade Solidária com o Decreto 1.366, de 12 de janeiro de 1995 (e em dezembro de 2002, foi substituído pelo Programa Fome Zero); Comunidade Ativa, criado em 1999 beneficiando 127 municípios de 22 Estados brasileiros com parceria do Estado e sociedade; Programa Bolsa Escola financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza foi criado pela Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001 como Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação; Projeto Alvorada criado em julho de 2000, objetivando reduzir as desigualdades nas localidades mais carentes; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), um programa de renda mínima criado em 1996 com parceria dos Estados e municípios e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, para amparar pessoas que não podem prover seu sustento, entre outros.

O Programa Bolsa Família foi implantado em outubro de 2003 unificando os programas Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação, funciona como um programa de transferência de renda direta que constitui a principal política de redução da pobreza do século XXI funciona com condicionalidades para as famílias em situação de pobreza que devem possuir uma renda per capita familiar de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 (1/2 do salário mínimo) é necessário que tenham gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes entre zero e 17 anos, extrema pobreza ou indigência com renda per capita familiar de até R\$ 70,00 (1/4 do salário mínimo) não há critérios de elegibilidade relacionados com as composições familiares, atua ampliando as políticas compensatórias para a redução das desigualdades sociais focalizando os mais pobres (PACHECO, 2011).

Entretanto, configurando alguns princípios constitucionais como o conceito de seguridade social baseado no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social, registram-se políticas de assistência social a partir da década de 80, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e ainda pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Norma Operacional Básica (Diário Oficial da União de 16/4/99), garantindo benefícios e serviços seletivos gratuitos e não contributivos, surgem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para deficientes e idosos carentes e em 2004 regulamenta-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (TEXEIRA, 2007).

2.1.5 Políticas Habitacionais no Brasil

As políticas de habitação no Brasil teve início com a modernização capitalista da agricultura com base na substituição de importações e a construção das cidades com suas indústrias, período de crise mundial com grandes movimentos de classes internacionais com a vitória do socialismo sobre o imperialismo na Rússia em 1917. Durante o período de 1889 a 1930 a preocupação se limitava em instalar novas unidades agromercantis nas cidades com abertura de vias de acesso, saneamento, e localizações adequadas para acomodações de novas instalações de fábricas (CARIELLO FILHO, 2011; SANTOS, 1999; BONDUKI, 1994).

Tendo em vista que, as intervenções do Estado em relação aos direitos sociais iniciam-se com a ascensão do primeiro governo republicano Getúlio Vargas em 1930, que regularizou as questões relacionadas ao trabalho instituindo o salário mínimo, férias anuais e a previdência social, e a partir do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs) os gestores dos recursos arrecadados projetaram o primeiro programa em larga escala de habitação no país com financiamentos ou locações para os contribuintes. E em 1942, Vargas regulamentou a “Lei do Inquilino” congelando os aluguéis por muitos anos. No governo Dutra, sob o Decreto-Lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946, foi criado a Fundação da Casa Popular (FCP) em nível nacional com as doações dos terrenos pelos municípios, consistia em financiar a construção ou aquisição da casa própria para brasileiros ou estrangeiros residentes no país com mais de dez anos. (CARIELLO FILHO, 2011; SANTOS, 1999; BONDUKI, 1994).

Segundo Moreira (2013), a criação da Fundação Casa popular em 1946, foi a principal marca do período populista como política de moradia para a população urbana pobre em resposta as pressões dos trabalhadores, apesar de que por falta de recursos em 1952 suas

atribuições foram reduzidas, década de grande crescimento e reformas estruturais urbanas intensificando as desigualdades sociais no país, dado o golpe militar em 1964 a FCP foi extinta.

A década de sessenta foi importante na implementação do programa de habitação, uma vez que o país apresentava um crescimento populacional nas grandes e médias cidades no país brasileiro, onde a modernização industrial ganhou impulso com o capital financeiro. Em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) sob a Lei nº 4.380 com atribuições de orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação, que vinculado ao Ministério da Fazenda em pouco tempo tornou-se o órgão central na execução de toda a política habitacional, extinguindo-se a venda e os aluguéis financiados pelo IAPs. (CARIELLO FILHO, 2011; SANTOS, 1999; BONDUKI, 1994).

No governo militar de Castelo Branco em 1964, foi lançado o Plano Nacional de Habitacional (PNH), que viabilizou o financiamento da casa própria em longo prazo com recursos dos próprios trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instituído em 1966, pela Lei nº 5.107, e da Caderneta de Poupança, e para atingir suas metas, instituiu os órgãos: Banco Nacional da Habitação (BNH), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) para garantir a regularização dos financiamentos e da adequação dos espaços, visando solucionar o deficit habitacional e estimular a aquisição de moradias pelas classes com renda baixa (CARIELLO FILHO, 2011; SANTOS, 1999; BONDUKI, 1994).

Atrelados aos órgãos acima citados foram instituídos o IPASE (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado) e nos Estados brasileiros foram instalados os Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) e as Companhias de Habitação Popular (COHABs), (que poderiam também ser municipais) e com a assistência federal, os municípios e Estados ficaram responsabilizados de elaborar e executar projetos para solucionar os problemas de habitações em seus territórios (CARIELLO FILHO, 2011; SANTOS, 1999; BONDUKI, 1994).

A partir da criação do PNH até a segunda metade dos anos setenta foi considerado um período próspero para os investimentos habitacionais, devido o aumento de emprego e recursos financeiros, se expandiram os depósitos em caderneta de poupança como também os recursos do FGTS e esses eventos contribuíram para o surgimento de Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo, formando o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (MOREIRA, 2013).

De acordo com Azevedo (1988), entre 1970-1974 problemas de inadimplência pelos mutuários da classe baixa se agravaram, fazendo com que os financiamentos pelo BNH fossem reduzidos e aumentando-os para as classes médias e altas, a partir de 1975 os problemas das COHABs foram se estabelecendo e os financiamentos gradualmente aumentando. No entanto, na década de oitenta com a crise inflacionária e aumentos imobiliários as prestações das habitações também subiram e as classes médias e altas financiados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) tornaram-se inadimplente devido o alto índice de desemprego, medidas governamentais foram tomadas com extensões de financiamentos e reajustes semestrais e tornaram as prestações das habitações populares acessíveis, porém, estas aumentaram o deficit do Sistema Financeiro Habitacional e com isso o BNH entrou em crise e foi extinto em 21 de novembro de 1986, as suas funções foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF).

Foi lançado em 1990 o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) sob o controle do Ministério da Ação Social, com o objetivo de construir em seis meses uma faixa de 245 mil moradias por construtoras privadas, no entanto esse projeto não foi concretizado, também nesse período (1990-1992), as cadernetas de poupança foram confiscadas dificultando a possibilidade de haver políticas voltadas para a habitação, uma vez que os recursos antes utilizados para financiar os imóveis para as classes de baixa renda foram estagnados, as negociações passaram a seguir as leis do mercado com o descompromisso do Estado (RIBEIRO, 2007).

Entre 1990-1992, as políticas habitacionais foram estagnadas com o confisco das cadernetas de poupanças reduzindo os recursos também do FGTS prevalecendo às leis do mercado para aquisição de imóveis, o principal programa foi lançado em 1990 o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), o referido programa não cumpriu a meta planejada. A partir de 1992, houve mudanças em relação à habitação popular, os programas passaram a serem controlados pelo Ministério do Bem-Estar social com a participação dos governos Estaduais e locais, os programas lançados foi o Programa Habitat Brasil para os municípios com mais de 50 habitantes e o Morar Município para os municípios com populações menores, ambos dependiam dos recursos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) (RIBEIRO, 2007).

Ribeiro (2007) acrescenta que no período de 1992 a 1994, sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social que contava com a participação dos conselhos estaduais de políticas públicas e uma contrapartida dos governos locais, foi lançado o Programa Habitat Brasil para

municípios com população acima de 50 mil habitantes e para os municípios menores o Programa Morar Município, ambos dependiam de recursos oriundos do Imposto Provisório de Movimentação Financeira (IPMF) o que representou um avanço em questões de políticas habitacionais, entretanto não contribuíram muito para a redução do déficit.

É observado em Cardoso (2003), que durante o período de funcionamento do BNH foram financiados 4,5 milhões de unidades habitacionais, sendo 48,8% do total destinadas à classe média, e 33,5% destinadas à classe popular, constatando que a classe média foi mais beneficiada do que a classe de renda mínima, devido aos altos custos do SFH para a viabilização da moradia e este problema se estende na década de noventa no neoliberalismo. Em 1995, conforme a Fundação João Pinheiro o déficit habitacional apresentava 5,6 milhões de unidades, sendo quatro milhões urbanos e 1,6 rurais, em todo o país. E desse déficit 85% se concentram nas classes com menos de cinco salários mínimos, sendo 55%, com menos de dois salários mínimos.

No período de 1995-1998, o Ministério do Bem-Estar Social foi extinto e criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), ficando responsável pela formulação e implementações das políticas habitacionais, sob pressão dos movimentos populares de moradia foi criado o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, objetivando a implantação de programas habitacionais para as classes com baixa renda, as formulações dos projetos foram descentralizados passando aos Estados e Municípios a responsabilidade de gerarem através dos Conselhos com a participação popular seus próprios recursos para as moradias de interesse social (RIBEIRO, 2007).

Os recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) destinados aos programas de habitação popular em parte, foram distribuídos pelo Programa Comunidade Solidária que foi criado com o Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Os programas de habitação criados nesse período foram: Carta de Crédito Individual e Associativismo, Pró-Moradia que era financiado por um fundo gerado a partir de contribuições mensais compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Habitat Brasil financiado com recursos do OGU, que posteriormente passou a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passando o programa a ser Habitat Brasil BID (RIBEIRO, 2007).

Durante o governo de FHC, a Secretaria de Política Urbana (SETURB) foi substituída pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano que foi transformada em julho de 1999

em Secretaria Especial de Políticas Urbanas (SEDU) com objetivo de reformular as políticas antecedentes extinguindo os conselhos e criando a Carta de Crédito Individual e Associativismo para famílias de classe média (de até 12 salários mínimos) e os Programas Pró-Moradia para reestruturar áreas urbanas degradadas com recursos do FGTS repassados para os Estados e municípios e Habitar Brasil financiado com recursos do Orçamento Geral da União OGU e Habitar Brasil/BID com recursos do OGU, FGTS e BID ambos para famílias com até três salários mínimos objetivando melhorias nas condições de vida das famílias (RIBEIRO, 2007).

E com a criação do Estatuto da Cidade em 10 de julho de 2001, que institui normas públicas urbanas em prol do bem-estar de todos os cidadãos e ordena ao município a responsabilidade de promover o desenvolvimento social na cidade quanto à “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações” (Lei n.º 10.257/2001, art. 2.º, I).

Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério das Cidades que levou em consideração a Constituição brasileira de 1988 e o Estatuto da Cidade criado em 2001, visando atender a população de menor renda ao acesso ao terreno urbano e a moradia digna (RIBEIRO, 2007).

Moreira (2013) acrescenta que a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades definindo a elaboração com a participação dos três níveis governamentais a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e da Habitação de Interesse Social (HIS), além do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que foi criado em 2005 com a atribuição de viabilizar as diretrizes dos subsídios financeiros para a aquisição da casa própria. Essas implementações de políticas habitacionais foram de suma importância para criar instrumentos que possibilitassem atender melhor a população com renda mínima. Após 2004 foram criados novos programas, como o Crédito Solidário, em 2004, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Urbanização de Favelas em 2007.

O deficit habitacional estimado segundo pesquisa (Fundação João Pinheiro, 2011), em 2008 correspondia a 5.546 milhões de domicílios, dos quais 4.629 milhões, ou seja, 83,5% estavam localizados nas áreas urbanas e desse total a região Nordeste, com 1.946 milhão de moradias estimadas como deficit, o que correspondia a 35,1% do total. Também analisou em relação à faixa salarial de zero até três salários mínimos na qual se concentra o maior deficit que correspondia a 89,6%.

2.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

No final de 2008 a economia em geral apresentava instabilidade devido à crise internacional, previa-se que no ano de 2009 houvesse uma retração do crescimento econômico e do PIB, no entanto, medidas foram estabelecidas para estimular as atividades econômicas no sentido de fortalecer a comercialização de material de construção e o aumento de empregos.

O Programa Minha Casa Minha Vida, surge na década de 90 no Brasil, quando a crise nos países desenvolvidos acentua-se, trazendo um diferencial na economia do país brasileiro com o aumento do crescimento econômico em função da criação de empregos na área de construção civil contribuindo para o aumento da renda da população e priorizando beneficiar com habitações a classe mais pobre (LIMA, In: ARCOVERDE, 2014).

O PMCMV criado em 2009, pelo Governo Federal (Medida Provisória nº 459/2009, de março de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009), com meta de realizar a construção de um milhão de moradias, com objetivo de reduzir cerca de 15,0% do déficit habitacional do país e além de estimular a construção civil elevando o número de empregos, dado que o período apresentava uma crise econômica internacional, o programa planejou um maior investimento na segunda etapa que seria efetivada em 2014. O PMCMV é executado por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e prosseguindo conforme Moreira (2013, p.26):

O Programa funciona da seguinte maneira: a União integraliza cotas do FAR, que é o seu único gasto, sendo previsto no Orçamento Anual. O Fundo, por sua vez, contrata diretamente a construção das unidades habitacionais junto ao setor privado. O FAR realiza os pagamentos à empresa construtora ao longo da construção do empreendimento, que dura cerca de 20 meses. Os imóveis construídos são propriedades do Fundo, registrados em seu ativo. Quando concluídas, as residências são alienadas às famílias beneficiadas, que terão um prazo de 120 meses para pagá-las. Nesse momento, não há qualquer desembolso da União. Os gastos do Programa também são feitos de outra forma. A União transfere os recursos para o FDS, a fundo perdido, que, por sua vez, repassa o dinheiro para uma entidade organizadora do empreendimento (uma cooperativa, por exemplo), que construirá as residências. Os imóveis, posteriormente, são alienados para as famílias. Os subsídios concedidos por meio do FDS não são computados como investimentos, embora sejam iguais aos do FAR.

Segundo Moreira, 2013, p.25:

A magnitude do Programa demandou do Governo Federal enormes esforços, sendo necessária a gestão direta de parte de seus ministérios, em especial o Ministério das Cidades, enquanto a operacionalização ficou principalmente a cargo da Caixa Econômica Federal. O Programa incorpora a aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casa, que, depois de concluídos, são alienados às famílias de baixa renda espalhadas por todo o

país. A execução das obras dos empreendimentos é realizada por construtoras devidamente habilitadas e contratadas pela Caixa Econômica Federal, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis dentro dos prazos estipulados, prontos para moradia e legalizados.

Conforme os dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o déficit habitacional absoluto da região Nordeste em 2013 apresentou 1.844.141 unidades e o déficit de Pernambuco 236.658, o que significa que apesar das medidas adotadas para reduzir o déficit habitacional, ainda persiste na região e no Estado pernambucano. Com a faixa de renda de até três salários mínimos na região com 88,2% e no Estado com 90,6%.

O PMCMV classifica três faixas de população por nível salarial: famílias com renda até 03 salários mínimos, famílias com renda entre 03 e 06 e famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos. A formulação do programa oferece atender as populações com faixas de zero a dez salários mínimos, focalizando a redução do déficit habitacional na faixa com renda mínima com a participação dos municípios e priorizando aqueles que doarem os terrenos e aplicarem os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (ROMAGNOLI, 2012).

Conforme a Cartilha Minha Casa Minha Vida publicada em 2009, o programa prioriza famílias com renda de até três salários mínimos que se enquadram na faixa I. E para a compra do imóvel, existem algumas condições da pessoa interessada em adquirir através do PMCMV, Cartilha, 2009 p.4:

- 1) Não ter sido beneficiado anteriormente em programas de habitação social do governo.
- 2) Não possuir casa própria ou financiamento em qualquer UF.
- 3) Estar enquadrado na faixa de renda familiar do programa.
- 4) Pagamento de 10% da renda durante 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50,00, corrigida pela TR e registro do imóvel em nome da mulher.
- 5) Sem entrada e sem pagamento durante a obra.
- 6) Sem cobrança de seguro por Morte e Invalidez Permanente – MIP e Danos Físicos do Imóvel – DFI.

A Cartilha informa ainda como funciona o PMCMV, Cartilha 2009, p.9:

- União aloca recursos por área do território nacional e solicita apresentação de projetos.
- Estados e municípios realizam cadastramento da demanda e após triagem indicam famílias para seleção, utilizando as informações do cadastro único.
- Construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CAIXA, podendo fazê-los em parceria com Estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais e/ou independentemente.

- Após análise simplificada, a CAIXA contrata a operação, acompanha a execução da obra pela construtora, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza a sua comercialização.

A seleção dos candidatos, serão conforme os critérios dispostos na Lei 12.424, de 16 de junho de 2011:

Art. 3º Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais);
- II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;
- III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

A Portaria 168, de 12 de abril de 2013, dispõe das diretrizes gerais para a aquisição da habitação para as famílias com renda até mil e seiscentos reais, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias e a criação de trabalho na construção civil. Também determina condições de acessibilidade nas áreas públicas e de uso comum, disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiências, mobilidade reduzida e/ou idosos de acordo com a demanda, conforme disposto no art. 73 da Lei 11.977/2009. E a reserva de, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos conforme inciso I do art. 38 da Lei no 10.741/2003⁷.

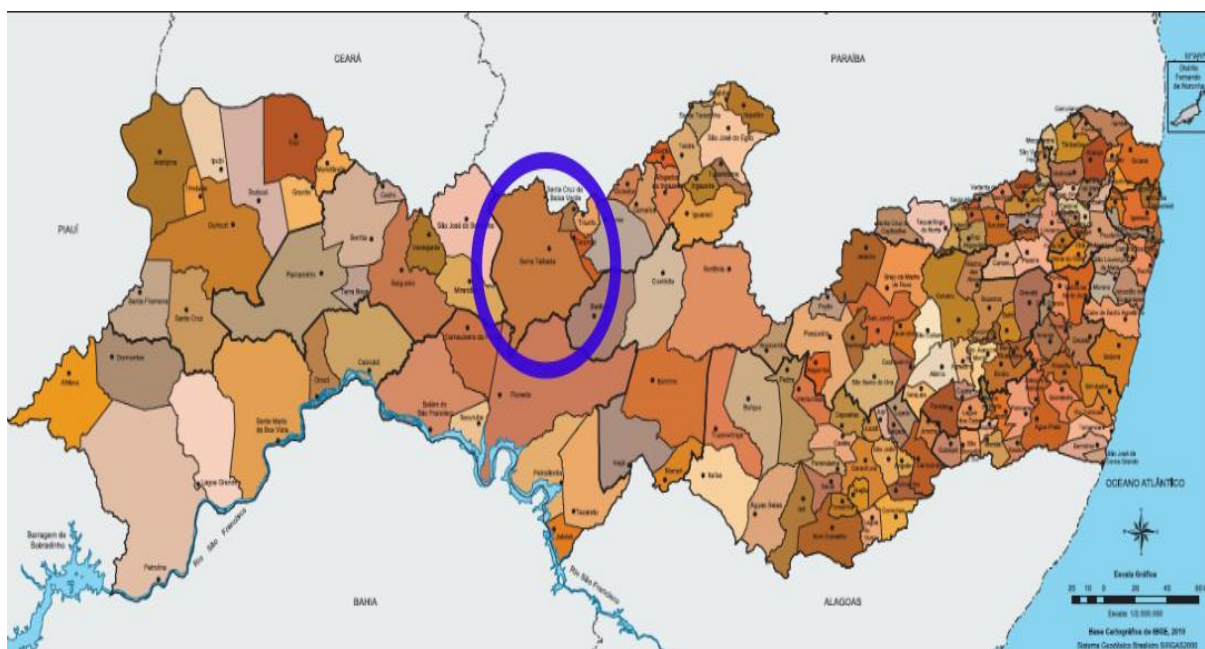
⁷ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a localidade onde ocorreu a pesquisa; a população de estudo; a natureza da pesquisa; os instrumentos utilizados na coleta de dados; e os procedimentos utilizados para a análise de dados.

3.1. Localidade do estudo

Figura 1: Estado de Pernambuco, municípios e distrito estadual

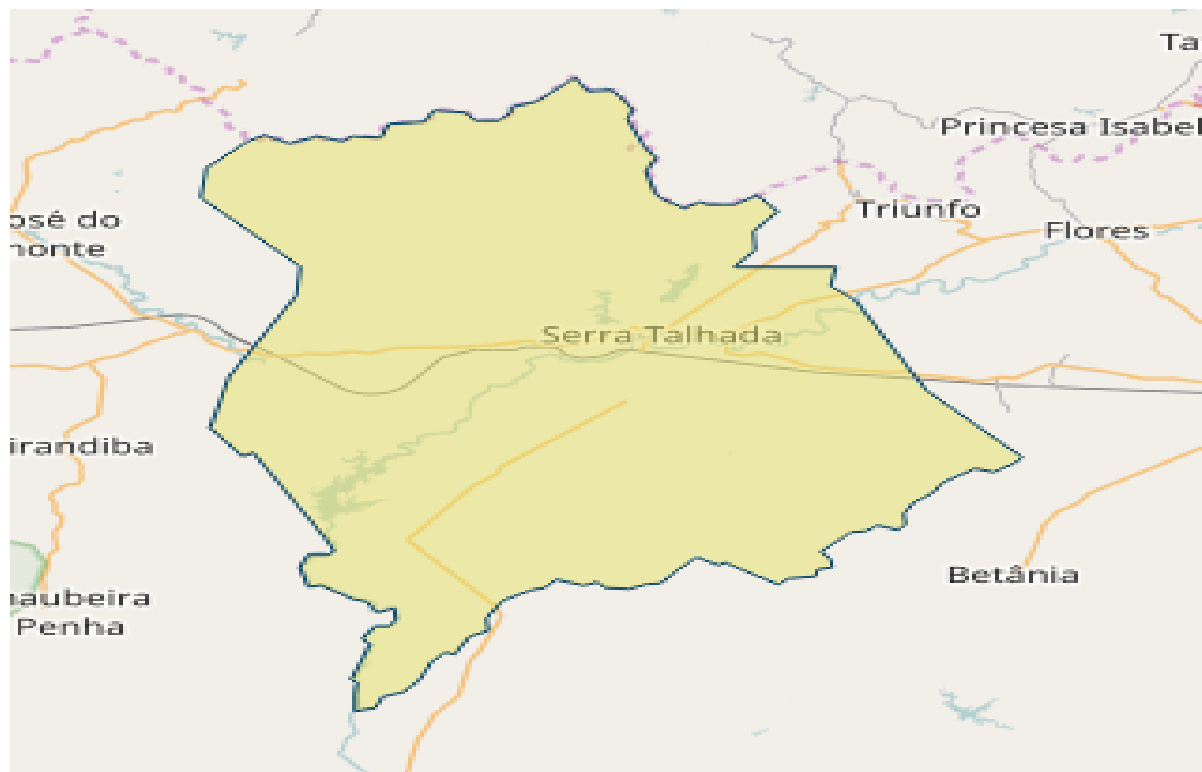


Fonte: IBGE, Base Cartográfica, 2010; Agência Condepe/Fidem, 2011.

A área de estudo fica na região Nordeste, no Estado de Pernambuco uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado no centro-leste da região Nordeste. Ocupando uma área de 98.311 km². Sua população estimada em 2016, foi cerca de 9,4 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 foi aproximadamente R\$ 140,7 bilhões, e o PIB per capita R\$ 15.282,28. E faz parte do seu território os arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo. Tendo como capital a cidade do Recife. E faz divisa com os Estados da Paraíba e Ceará ao norte, Alagoas e Bahia ao sul, Piauí ao oeste e o oceano Atlântico ao leste. Tem 187 km de costa, excluindo a costa do arquipélago de Fernando de Noronha. O estado de Pernambuco está dividido pelo IBGE em 185 municípios. E conforme o

censo de 2010 apresentou o IDH 0,673, considerando-se um dos Estados com índice médio de desigualdade (PNUD, IPEA e FJP).

Figura 2: Município de Serra Talhada



Fonte: Adaptado do IBGE (2016)

O município de Serra Talhada que está localizado no sertão do Pajeú, com uma área de 2.979,974 Km², representando 3% da área total do Estado de Pernambuco, distante da capital 414 km pela BR 232, clima semiárido, temperatura mínima variando entre 20° a 26°, e máxima entre 36° a 37°. Em 2010 apresentava o IDH= 0,661; PIB 709 (em milhões), PIB per capita (em R\$) 8.946. Sua economia se distribui entre agropecuária, comércio, indústria, saúde e educação, gerando empregos públicos e privados na área urbana o que atrai migrações para a cidade (PNUD, IPEA e FJP).

O deficit habitacional de Serra Talhada em 2010 foi de 3.376 unidades e para famílias com renda de até 3 salários mínimos foi de 2.787 representando 82,55% do total. Conforme a Fundação João Pinheiro, o deficit habitacional é formado de três componentes⁸: a coabitação, os domicílios rústicos e os improvisados.

⁸ Coabitação – quanto existe mais de uma família em um domicílio; Rústicos – construções com material improvisado ou com risco de desmoronamento; e Improvisados – em locais não adequados para moradia.

Figura 3: Bairro Vila Bela



Fonte Google Earth, 2018.

Figura 4: Distância bairro Vila Bela para o Centro de Serra Talhada



Fonte Google Earth. Adaptado, 2018

O bairro Vila Bela foi planejado e estruturado seguindo as normas do Programa Minha Casa Minha Vida, localizado próximo à rodovia BR 232, Km 417, distante 5 km do centro da cidade, onde foram construídas moradias cada uma com área interna de 32,23 m², com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço para as famílias com renda de até três salários mínimos que representa a faixa 1 do programa e que poderá ser subsidiado em até 96% do valor da unidade habitacional (PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 2018).

O conjunto habitacional é dividido em lotes denominados de Poço da Cruz I, II, III, e IV, com assistência do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); serviços básicos de saúde; transporte público (ônibus) e creche. A construção e entrega das moradias foram executadas por etapas e financiadas pela Caixa Econômica Federal com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), totalizando atualmente 1.594 casas (famílias) com uma população aproximada de 6.400 pessoas (PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 2018).

3.2 Métodos utilizados

Pesquisa exploratória e descritiva de fontes secundárias com a revisão literária de autores de: livros, teses, artigos, dissertações e outros, acessados na biblioteca e via internet para obter conhecimento das políticas praticadas no Brasil ao longo do tempo para lidar com os problemas públicos habitacionais.

Para a identificação dos benefícios do PMCMV foi realizada pesquisa de campo (fonte primária) na localidade de estudo no bairro Vila Bela do município de Serra Talhada-PE, construído com as normas do programa, onde foi implantado o Projeto habitacional obtendo-se uma amostra aleatória da população residente seguindo um roteiro de perguntas semiestruturadas tipo formulário impresso, em contato direto com as famílias para coleta dos dados, observar infraestrutura e equipamentos do bairro e obter as informações primárias inerentes a esclarecer as indagações relatadas nos objetivos específicos.

No formulário para as entrevistas, encontra-se: o perfil socioeconômico das pessoas visitadas composto da identificação do gênero, idade, escolaridade, ocupação e renda; o perfil das condições de moradia anterior e a atual; informações a respeito das dificuldades encontradas para aquisição da moradia, transferência e adaptação no conjunto habitacional, além, das sugestões dos beneficiários para implementações de melhorias das condições de vida no bairro.

Quadro 01: Demonstrativo do estudo de campo realizado no bairro Vila Bela.

DIAS DA SEMANA	DATA	QT.PESSOAS	LOTEAMENTO[POÇO DA CRUZ]	EQUIP/OBSERV.
Segunda-feira	21/05/18	10	I	USF
Quarta-feira	22/05/18	10	I	CRECHE
Quinta-feira	24/05/18	15	I	POST. POLICIAL
Sexta-feira	25/05/18	15	I e II	PRAÇA
Segunda-feira	28/05/18	14	II	
Terça-feira	29/05/18	16	II	
Quarta-feira	30/05/18	19	II e III	PRAÇA
Quinta-feira	31/05/18	13	III	ESCOLA
Sexta-feira	01/06/18	17	III e IV	SENAT-SEST
Sábado	02/06/18	21	IV	QUADRA PETI
Total		150		

Fonte: própria (2018).

Para a realização da coleta de dados para a amostra, foi planejado esquematizar as entrevistas de forma a entrevistar pessoas de uma rua e outra não, alternando as casas uma sim, duas não. Entretanto, não foi possível seguir essa programação, porque muitas casas se encontram muradas com portões fechados e sem campainhas, as entrevistas foram realizadas na parte da manhã, horário útil para quem trabalha. Sendo assim, a estratégia da pesquisa de campo foi modificada para realizar de forma aleatória e passando por todas as ruas de cada loteamento, aproveitando as casas abertas e as fechadas apenas quando percebia que havia alguém para atender.

A análise dos dados coletados na pesquisa de campo é apresentada de forma quantitativa e qualitativa, com a utilização de tabelas e análises das informações obtidas.

Completando esses dados primários, também foram utilizados os dados secundários para contextualizar e comparar com o cenário do estudo.

Na revisão teórica foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva sobre política, onde são apresentados conceitos, origem e evolução histórica das políticas públicas, sociais e de habitação no Brasil.

No capítulo seguinte, são apresentados os resultados e análises da pesquisa de campo no bairro Vila Bela, local da coleta por amostra aleatória, para o estudo sobre o PMCMV. Para a obtenção dos dados e informações foi utilizado um questionário semiestruturado, onde os resultados serão apresentados de forma descritiva e demonstrativa, utilizando tabelas e análises dos dados amostrais obtidos em relação à situação anterior e atual das famílias contempladas.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Neste capítulo encontra-se a apresentação e análise dos dados obtidos em estudo para a realização do trabalho conforme a ordem descrita: 4.1. PMCMV no bairro Vila Bela; 4.2 Condições socioeconômicas das famílias de Bela e efeitos Vila do PMCMV; 4.2.1 Perfil Socioeconômico; 4.2.2 Convivência, transferência e mudanças (anterior e atual); 4.2.3. Condições de Moradia Antes; 4.2.4 Condições da Moradia Atual; 4.2.4.1 Percepção/avaliação do beneficiário sobre a residência recebida e o entorno; 4.2.4.2 Infraestrutura e equipamentos do conjunto habitacional; 4.3 Sugestões de melhoria do bairro Vila Bela, pela percepção dos beneficiários; 4.4. Identificação dos benefícios que o Programa Minha Casa Minha Vida proporcionou às famílias e quais dificuldades foram encontradas para a adesão, aquisição e adaptações nas novas residências.

4.1. PMCMV no Bairro Vila Bela

A escolha desse trabalho partiu da observação da construção de um conjunto habitacional implantado no entorno da região no município de Serra Talhada através do PMCMV, da hipótese de que a moradia digna é uma necessidade básica para todo o indivíduo e do pressuposto de que o programa habitacional seria uma oportunidade para atender as famílias com renda mínima ao adquirir a casa própria e melhorar as condições de vida.

Neste contexto, o programa atua como uma estratégia política para atender as necessidades das famílias com renda de até três salários mínimos residentes no município, ativar o crescimento econômico mediante a construção civil, possibilitando um aquecimento no comércio de material de construção e a criação de trabalho temporário.

Quanto ao tipo de política empregada no PMCMV, conforme a tipologia clássica de Theodor Lowi (1964; 1972, apud DIAS; MATOS, 2012), se trata de uma política pública redistributiva, que é financiada com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) que se originam do arrecadamento das tributações, e conforme a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, pela qual foi implantado o programa no país, Art.01, III – autoriza a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, o que significa que o programa é financiado por uns para beneficiar outros.

Essa ação foi possível dentro de uma configuração institucional do poder executivo, que conforme Ribeiro (2007), o Governo Federal criou o Ministério das Cidades em janeiro de 2003, que levou em consideração a Constituição brasileira de 1988 e o Estatuto da Cidade criado em 2001, visando atender a população de menor renda ao acesso ao terreno urbano e a moradia digna.

O PMCMV é uma política pública social habitacional, que objetiva reduzir as desigualdades sociais com o provimento de melhoria das condições de vida através de financiamentos subsidiados de moradias demandadas pelas famílias de baixa renda. O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) provê o financiamento pela Caixa Econômica Federal que contrata a construtora do empreendimento habitacional mediante o Termo de Adesão apresentado pelo Governo Estadual ou Municipal.

Entre esses empreendimentos habitacionais contemplados por este fundo está o bairro Vila Bela, no município de Serra Talhada, formado por 1.594 casas construídas por meio do PMCMV, com uma população aproximada de 6.400 pessoas. Conforme o deficit habitacional existente em 2010 de 2.787 unidades para a faixa de renda de até três salários mínimos, o conjunto habitacional do bairro atendeu 57%. Além desse empreendimento, foram construídas e sorteadas 902 casas formando um novo bairro o Vanete Almeida, que juntos atendem a 89%. O atual governo municipal planeja sanar o deficit do município até o término do seu mandato (PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 2018).

Para identificar quais as mudanças e benefícios na vida das pessoas beneficiadas pelo programa, foi feita a coleta de dados em 150 casas do bairro em estudo, das quais 109 (73%) foram contempladas com a moradia e 41 (27%) eram pessoas da família que se encontravam no momento da entrevista. Importante também destacar que a maioria dos entrevistados eram mulheres, 129 (86%), enquanto 21 (14%) homens responderam as questões.

Em relação à população feminina dos 41.405 registrados no Censo Demográfico de 2010, Vila Bela representa 3,11%, desse total. E dos 37.827 registrados do sexo masculino em Serra Talhada, cerca de 0,5% estão representados nessa comunidade. Percebe-se que a população feminina é maior que a masculina no bairro e no município. Pode-se adiantar que no caso de Vila Bela, um dos fatores, mas não principal, deve-se ao inciso V, do Art. 48 da Lei 11.977 de 2009, determina a concessão do título do imóvel preferencialmente à mulher. E conforme a Lei 12.424, de 16 de junho de 2011, Art. 3º, para a indicação dos beneficiários do PMCMV, no IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, o que justifica o percentual observado.

4.2 Condições socioeconômicas das famílias do bairro Vila Bela e efeitos do PMCMV

Nesta seção será apresentado o perfil socioeconômico das pessoas entrevistadas, perfil educacional, perfil Ocupacional e renda, condições de moradia antes e atual, percepção do beneficiado sobre a moradia recebida e o entorno, infraestrutura e equipamentos e o que seria necessário para melhorar as condições de vida no bairro.

4.2.1 Perfil Socioeconômico

Neste perfil são apresentados os dados pessoais das pessoas entrevistadas como: idade, estado civil, naturalidade, escolaridade, ocupação, transferências de renda e renda (salários).

A idade das pessoas entrevistadas foi identificada da seguinte forma:

Tabela 1: Idade das pessoas entrevistadas

Intervalo de idades	Quantidade
15 30	36
31 50	72
51 65	25
66 e +	17
Total	150

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Conforme se observa na tabela acima, aproximadamente metade (48%) dos entrevistados está entre 31 e 50 anos, o que demonstra um perfil de uma população madura, mas com tendência a envelhecer. E, 24% são jovens entre 15 e 30 anos, o que representa um potencial de crescimento demográfico e econômico, se assim forem gerados oportunidades de emprego. Contudo, esses resultados demonstram que essa população de Vila Bela se assemelha do encontrado no último Censo Demográfico de 2010, no município de Serra Talhada, onde se verifica uma tendência de uma faixa da população com mais de 50 anos de idade em um futuro próximo. E desta amostra de pessoas entrevistadas o sexo feminino

prevalece com 86% dos entrevistados, indicando que o conjunto habitacional segue as normas estabelecidas pelo programa, que o imóvel deve ser registrado em nome da mulher.

Outro dado observado foi o estado civil dos entrevistados, é perceptível que o percentual de pessoas solteiras abrange 36%, seguido de 32% de casadas e em união estável 14%.

Tabela 2: Resultado do Estado Civil das pessoas entrevistadas

ESTADO CIVIL	Quantidade	(%)
Solteiro	54	36
Casado	48	32
Divorciado/separado	18	12
Viúvo	9	6
União estável	21	14
Total	150	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Constata-se nesses dados que há um número considerável de pessoas solteiras e considerando-se que separados, divorciados e viúvos também se incluem nesse grupo, apresentando 54% das pessoas entrevistadas. E 46% das pessoas são casadas e/ou em união estável. Os relacionamentos conforme informaram, nem sempre são duradouros e agradáveis preferindo ficarem sozinhas.

Em relação à naturalidade das pessoas entrevistadas 74% são do município de Serra Talhada, boa parte, residiam antes nos bairros Alto do Bom Jesus, CAGEP, Malhada, Alto da Conceição, e, beneficiando pessoas de vários bairros da cidade, 7% de outros Estados (Bahia, Minas Gerais, Paraíba), 13% de outros municípios do sertão (Triunfo, São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Betânia, Petrolina, Cabrobó, Belém de São Francisco), 4% da região agreste (Buíque, Bom Conselho) e 1% da capital pernambucana.

Tabela 03: Resultado da Naturalidade das pessoas entrevistadas

ESTADOS/REGIÕES e MUNICÍPIOS- PE	Quantidade	(%)
BA-MG-PB	11	7
Serra talhada	111	74
Sertão (outros municípios)	20	13
Agreste	6	4
Metropolitana Recife	2	1
Total	150	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

As normas do programa estabelecem que as pessoas selecionadas sejam residentes no município de implantação do conjunto habitacional.

Durante a entrevista 99,9% afirmaram que vieram morar no município atual há muitos anos e outros vieram com os pais ainda criança. Apenas um entrevistado veio morar no município no início do ano em curso (2018).

Observa-se, que a população de Serra Talhada vem crescendo ao longo dos anos com a migração de pessoas de outros municípios, recentemente a educação é um fator importante que está atraindo as pessoas para a cidade, tendo em vista as várias opções de cursos superiores. Algumas pessoas entrevistadas do bairro Vila Bela declararam que tinham saído da zona rural para a cidade para os filhos estudarem.

Na tabela abaixo, encontra-se os dados da escolaridade das pessoas entrevistadas no bairro Vila Bela. Onde se constata que há um pequeno percentual de pessoas estudando e que algumas pessoas adultas estão buscando aprender e adquirir conhecimento, o que significa uma importante iniciativa para estimular a outras pessoas voltarem a estudar para melhorar as condições de vida.

Tabela 04: Resultado da Escolaridade das pessoas entrevistadas

ESCOLARIDADE		
ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	(%)
Não frequentou	20	13
Alfabetizado	10	7
Fundamental incompleto	71	47
Fundamental completo	24	16
Ensino médio incompleto	7	5
Ensino médio completo	14	9
Ensino técnico incompleto	2	1
Ensino médio completo	1	1
Ensino Superior Incompleto	1	1
TOTAL	150	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quanto à escolaridade das pessoas entrevistadas 47% não conseguiram concluir o ensino fundamental segundo algumas das pessoas, por motivo de precisarem trabalhar para ajudar na despesa da família, ou por terem gerado filhos e ficarem impossibilitadas de continuar os estudos, e 16% possuem o ensino fundamental completo. Na faixa de pessoas com mais de 50 anos de idade encontra-se 13% das pessoas entrevistadas que não tiveram oportunidade de estudar porque se casaram ainda adolescentes, moravam distante das escolas e/ou os pais não as estimulavam a estudar. Com ensino médio completo 9% das pessoas entrevistadas. Atualmente, estudam 14 pessoas que representa 9% das pessoas entrevistadas.

Conforme o IDH do município em 2010 foi de 0,661, apresentando que o município encontra-se na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), entretanto a educação um dos componentes com 0,571 indica que está abaixo da média do município.

Segundo o IBGE a taxa de abandono do ensino fundamental em 2015 foi de 3,3% e do ensino médio de 1,3% no município. Esse dado é observado quando na entrevista, algumas

mulheres comentam que após serem mães, fica difícil continuar os estudos e conciliar com a responsabilidade de cuidar dos filhos e buscar trabalho.

No bairro existe uma escola municipal para o ensino fundamental completo, onde alguns jovens que foram entrevistados afirmaram estudar. Algumas pessoas na faixa de idade entre 40 e 60 afirmaram estudar a noite alfabetização. É disponibilizado ônibus exclusivo para os estudantes se deslocarem até as instituições de ensino no centro da cidade. Algumas pessoas entrevistadas comentaram que ainda não há ônibus disponível para o turno da noite.

Em relação à ocupação das pessoas, os resultados obtidos encontram-se disponíveis da seguinte forma:

Tabela 05: Resultado da Ocupação das pessoas entrevistadas

OCUPAÇÃO	Quantidade	(%)
Trabalho c/CT	3	2
Trabalho S/CT	3	2
Trabalho Informal	5	3
Autônomo	23	15
Desempregado	9	6
Servidor Público	1	1
Trabalho Rural	1	1
Do lar	91	61
Estudante/lar	14	9
TOTAL	150	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Tendo em vista que a maior parte das pessoas entrevistadas representou o sexo feminino e como ocupação predominante “Do lar” com 61%, essas pessoas normalmente mães com filhos menores ou aposentadas, 15% “Autônomos” representando profissionais como: cabeleireiros, marmiteiro, pedreiros, catador de material reciclável, mecânicos e outros.

Conforme o IBGE, a taxa de desemprego no país no primeiro trimestre do ano de 2018 foi de 13,1%, o que indica uma redução do trabalho não apenas formal, mas, de todas as formas.

No recenseamento populacional do município em 2010, mulheres responsáveis pelo domicílio, apresentava 38,63 em relação à população existente de 79.232. Justifica-se, oito anos após o acréscimo do percentual de mulheres no domicílio. A estimativa do IBGE para o

município de Serra Talhada para pessoas ocupadas em 2015 foi de 14,8% em relação à população estimada do município de 84.352 pessoas.

Em consequência da crise econômica dos últimos anos o percentual de pessoas desempregadas aumentou, justificando o número de mulheres em seus domicílios, algumas entrevistadas relataram que faziam faxina em casas de famílias, e/ou sempre que surgem oportunidades para complementar as despesas da família. A distância para o centro da cidade dificulta encontrar serviços com mais frequência, porque é necessário dispor de valores em reais para as despesas com transporte para buscar oportunidades.

Quanto à transferência de renda observa-se que 84 pessoas das entrevistadas recebem transferência de renda através do Programa Bolsa Família.

Tabela 06: Resultado referente à Transferência de Renda das pessoas entrevistadas

TIPO	Quantidade	(%)
Aposentadoria	24	20
Bolsa Família	84	71
BPC	5	4
Pensão	4	3
Seguro desemprego	1	1
TOTAL	118	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

O PBF foi implantado no ano de 2003 no Brasil, conforme citado no Referencial Teórico, é destinado às famílias em situação de pobreza e com renda mensal per capita até meio salário mínimo e que estejam desempregadas. É observado o percentual de 71% das pessoas que são beneficiadas com o Programa Bolsa Família no bairro, e, devido à falta de trabalho muitas dessas pessoas entrevistadas confessaram sobreviver com esse benefício. Também é possível observar que há 20% de pessoas aposentadas, demonstrando que os

idosos foram beneficiados com o programa habitacional, conforme estipula a Portaria 168 de 12 de abril de 2013 a reserva de no mínimo 3% das unidades para os idosos.

O Programa Bolsa Família representa a unificação dos programas antes existentes como: Bolsa-escola, Cartão-alimentação, Vale-gás etc., que se trata também de uma política pública social redistributiva, onde há uma transferência direta ao beneficiário com o propósito de reduzir as desigualdades sociais, conforme PACHECO (2010).

As unidades habitacional do bairro Vila Bela estão enquadradas na faixa I, que são para famílias com renda de até três salários mínimos, em conformidade com a Cartilha do PMCMV.

Tabela 07: Resultado da renda das famílias entrevistadas

SALÁRIO MÍNIMO	Quantidade	(%)
Até 1 (s.m)	128	86
1 a 2	20	13
2 a 3	0	0
3 a 5	2	1
acima de 5 (s.m.)	0	0
Total	150	100

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Das pessoas entrevistadas 128 (85%) possuem renda até um salário mínimo, 20 (13%) pessoas entre 01 e 2 salários mínimos.

Tendo em vista a quantidade de pessoas com ocupação no lar cuidando dos seus filhos e recebendo bolsa família, justifica-se esse percentual de pessoas com renda inferior a um salário mínimo. Os homens entrevistados se queixaram da falta de oportunidade de trabalho no bairro e que serviços (bicos) são raros. Comparando a estimativa em 2015 da renda média mensal da população do município 1,8 salários mínimos e renda per capita mensal de até ½ salário mínimo com 45,7%, percebe-se que os dados da entrevista estão em concordância com a estimativa de 2015.

4.2.2 Convivência, transferência e mudanças (anterior e atual)

Nesta subseção são apresentados os resultados em relação à convivência das pessoas entrevistadas, quando se transferiram para o bairro Vila Bela em Serra Talhada e o que mudou em relação às residências anteriores e atuais.

Na tabela abaixo é mostrado com quem às pessoas moravam antes e atualmente demonstrando o que mudou nesse período até o presente momento.

Tabela 08: Resultado das pessoas que moravam antes do PMCMV e atualmente.

Morava antes do PMCMV			Mora atualmente no PMCMV		
	Quantidade	(%)		Quantidade	(%)
Com Sozinho	6	4	Com Sozinho	4	3
Com Companheiro	110	73	Com Companheiro	90	60
Com Filhos	136	91	Com Filhos	125	83
Com Pais	14	9	Com Pais	11	7
Com Irmãos	11	7	Com Irmãos	13	9
Com Sobrinhos	1	1	Com Sobrinhos	3	2
Com Netos	9	6	Com Netos	13	9
Com Bisnetos	1	1	Com Bisnetos	4	3
Com Parentes	1	1	Com Parentes	1	1
Total	150	193	Total	150	176

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Observa-se que 110 (73%) pessoas antes moravam com companheiro e atualmente 90 (60%) pessoas moram com companheiro, antes 136 (91%) pessoas moravam com os filhos e atualmente 125 (83%) pessoas.

Essa redução atual da convivência com o companheiro observada, segundo as pessoas entrevistadas o relacionamento não deu certo, o que explica o percentual de pessoas solteiras e sem companheiros. Também há uma diferença de 8%, entre as pessoas que moravam antes e atualmente com os filhos, que segundo alguns entrevistados, os filhos casaram-se e/ou já eram e foram morar separados e outros filhos jovens e adolescentes ficaram no centro da cidade com parentes, devido não haver ônibus à noite para o local de estudo.

A tabela abaixo mostra a quantidade de pessoas que moravam na residência anterior e na atual. Existe à predominância de famílias compostas por quatro pessoas, formada dos pais e dois filhos tanto na residência anterior como na residência atual.

Tabela 9: Resultado da Quantidade de pessoas na residência antes e atualmente

Pessoas na residência antes do PMCMV			Pessoas residentes atualmente		
ANTES	Quant.	(%)	ATUAL	Quant.	(%)
1	6	4	1	4	3
2	15	10	2	26	17
3	21	14	3	18	12
4	44	29	4	35	23
5	27	18	5	28	19
6	17	11	6	18	12
7	11	7	7	13	9
8	3	2	8	2	1
9	2	1	9	3	2
10	4	3	10	1	1
11	0	0	11	2	1
12	0	0	12	0	0
TOTAL	150	100	TOTAL	150	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Seguindo essa base, foi calculada a população estimada do bairro, onde existem 1.594 residências com aproximadamente 6.400 pessoas. Embora, foi observado no bairro que há algumas casas abandonadas, que conforme os moradores as pessoas contempladas não se adaptaram em morar no bairro e voltaram para o centro, ou por algum motivo não quiseram ir morar na casa do PMCMV.

Devido ao abandono das habitações, estão surgindo pessoas necessitadas, que estão ocupando as casas, das 150 pessoas entrevistadas, três não eram moradores cadastrados no programa. No momento da entrevista, duas dessas pessoas informaram, que devido à perda do emprego e a falta de condições para pagar aluguel, os impulsionou a ocupar as casas, mesmo sem energia e água, que as encontraram abandonadas, mas que pelo menos tinha um teto para proteger do sol e da chuva e onde dormir com a família, até que não sejam expulsos e/ou consigam trabalho para poder locar pelo menos um quarto para ficar.

A construção do conjunto habitacional foi realizada por etapas e conforme as casas ficavam prontas havia o sorteio para a entrega as pessoas contempladas.

Tabela 10: Resultado referente ao ano de transferência das pessoas para o bairro Vila Bela

ANO	Quantidade	(%)
2013 (1ª etapa)	88	59
2014	5	3
2015 (2ª etapa)	16	11
2016 (3ª etapa)	35	23
2017	0	0
2018	6	4
TOTAL	150	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Das pessoas entrevistadas 88 foram morar em 2013, quando foi realizado o sorteio de 899 casas (loteamentos Poço da Cruz I e II) da primeira etapa. Em 2015 foram sorteadas mais 195 (loteamento Poço da Cruz III) casas correspondendo à segunda etapa, onde 16 das pessoas entrevistadas ocuparam suas casas. E em 2016 foram sorteadas mais 500 casas (loteamento Poço da Cruz IV) onde mais 35 das pessoas entrevistadas passaram a residir no bairro.

As pessoas que ocuparam em 2014 e 2018 são pessoas que foram cadastradas pelo site do programa minha casa minha vida do município e não foram sorteadas anteriormente as quais ficam na reserva, caso algum dos sorteados anteriormente não se regularize junto a Coordenação de Habitação Popular do município e/ou o percentual de 3% de idoso que não foram preenchidos as unidades habitacionais serão destinadas aos que estão na espera.

4.2.3. Condições de Moradia Antes

Nesta subseção mostra as condições e equipamentos comunitários em relação às moradias anteriores das pessoas entrevistadas.

Tabela 11: Resultado da situação de moradia antes

SITUAÇÃO	Quantidade	(%)
Própria da família	10	7
Cedida	23	15
Assentamento legal	1	1
Alugada	116	77
Total	150	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Conforme os dados colhidos às condições de moradia antes, das famílias entrevistadas mostraram que 116 (77%) pessoas moravam em imóveis alugados, 23 (15%) pessoas em casas cedidas por familiares e ou amigos e 10 (7%) pessoas moravam em casas próprias da família (pais, irmãos etc.) e apenas 1 (1%) em assentamento. O alto percentual de pessoas que moravam em imóveis alugados antes, causava uma redução dos produtos alimentícios e/ou aumento dos débitos.

Sendo 92% em casa, 5% em apartamento e 3% em quarto/quitinete. Os valores dos alugueis variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 450,00 sendo entre R\$100,00 e R\$ 250,00, 72%, entre R\$ 260,00 a R\$ 350,00, 24% e mais de R\$ 360,00 apenas 3%. Com a aquisição da moradia do PMCMV, muitas famílias reduziram suas despesas livrando-se da locação de imóveis.

Entretanto, algumas pessoas entrevistadas relataram que devido à falta de trabalho e o aumento da inflação, as despesas continuam a mesma de antes de serem beneficiadas com a casa. Mas que, pior seria se ainda tivessem que arcar com o valor do aluguel.

As taxas mensais pagas a Caixa Econômica Federal variam entre R\$ 25,00 e R\$ 80,00, correspondendo 10% da renda mensal da família no momento do cadastramento no programa habitacional. Caso as pessoas atrasem as mensalidades é cobrado um pequeno juro sobre o

valor na mensalidade subsequente. O atraso de duas ou mais prestações pode causar a perda do imóvel, a recomendação para as pessoas beneficiadas é procurar a Caixa para comunicar imediatamente o motivo do atraso.

Apesar das pessoas terem sido contempladas com a casa do programa e terem saído do aluguel, algumas pessoas confessaram estar inadimplente com a Caixa devido encontrarem-se desempregadas e não encontrarem serviços mesmo que não seja diário (bicos). Muitas das mulheres entrevistadas informaram que estão sobrevivendo apenas com o valor que recebem do PBF e que é menos de R\$ 300,00 mensais.

Quanto à estrutura das residências anteriores das pessoas entrevistadas encontra-se demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 12: Resultado da estrutura da residência anterior das pessoas entrevistadas

MATERIAL	Quantidade	(%)
Alvenaria	148	99
Taipa	2	1
PAREDE	”	”
C/ reboco/pintada	142	95
S/reboco	8	5
TETO	”	”
Telha	125	83
Gesso	20	13
laje	5	3
PISO	”	”
Cimento queimado	104	69
Cimento grosso	17	11
Terra batida	2	1
cerâmica	27	18

Fonte: pesquisa de campo (2018).

O tipo de material utilizado na estrutura da residência anterior apresentou 99% em alvenaria e apenas 1% em taipa. Paredes com reboco e pintadas 95% e apenas 5% sem reboco. O teto 83% com telha de barro, 13% com forro de gesso e o restante de laje.

Quanto ao piso das residências anteriores, apresenta 59% com cimento queimado, 27% de cerâmica, 11% com cimento grosso e apenas 1% de terra batida.

Tendo em vista que a maioria das residências antes era alugada, elas apresentavam estruturas adequadas aos valores correspondentes há dois ou cinco anos atrás. Havia energia elétrica em todas as residências anteriores e água encanada em 97% e em apenas 3% a água era obtida em poço ou cisterna.

Quanto a quantidade de quartos das residências anteriores, 97 (65%) pessoas responderam que havia 2 quartos, 27 (18%) pessoas que havia um quarto e 26 (17%) pessoas 3 quartos.

Comparando com a casa atual do programa habitacional do bairro Vila Bela que tem dois quartos, a maioria das famílias contempladas não teve desvantagem em relação à residência anterior. Porém, para as pessoas que moravam antes em casas com três quartos tiveram alguma dificuldade para acomodar toda a família. Em algumas casas já construíram mais um quarto para ter mais conforto.

Os equipamentos comunitários no entorno das residências anteriores das pessoas entrevistadas se distribuem conforme a tabela abaixo:

Tabela 13: Resultado dos equipamentos comunitários antes do PMCMV.

ANTES	Quantidade	(%)
Unidade de Saúde	51	23
Escola Pública	65	29
Creche	5	2
Patrulhamento	46	21
Transporte Público	4	2
Parque/Áreas de lazer	5	2
Mercado/Farmácia etc	13	6
Igreja	5	2
Distante de tudo	29	13
TOTAL (valores mistos)	223	100

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Mostra que algumas famílias moravam próximas a mais de um provimento, portanto o valor absoluto ultrapassa a quantidade entrevistada, onde 23% das pessoas moravam próximas

a USF e 29% a escolas, em 21% das ruas onde residiam antes, havia patrulhamento e em 13% das residências anteriores ficava distante de tudo. Em 74% das ruas onde ficavam as residências anteriores havia pavimentação e/calçamento e saneamento básico e em 26% encontrava-se sem pavimentação/calçamento e sem saneamento.

Para as pessoas que antes moravam em ruas sem pavimentação e sem saneamento e distante de tudo, a mudança para o bairro Vila Bela as beneficiou com uma habitação próxima a unidade de saúde, escola e com uma melhor estrutura em relação à pavimentação e saneamento.

4.2.4 Condições da Moradia Atual

Em relação à adequação das casas para pessoas com deficiências físicas, foi encontrada apenas uma dentre as 150 casas visitadas, na qual foi construída rampa de acessibilidade, banheiro mais amplo e todos os cômodos com portas mais largas pela construtora responsável. Durante as entrevistas foram encontradas mais duas casas onde havia pessoas com necessidades especiais, em uma a própria pessoa fez a rampa e em outra não havia rampa porque ainda não dispunha de condições.

O conjunto habitacional do bairro Vila Bela é formado por quatro loteamentos, denominados de Poço da Cruz I, II, III e IV e foi construído pela construtora Duarte, contratada pela CEF, cada casa possui em média 32m² de área interna e 35m² da unidade (terreno), dois quartos, sala, cozinha, banheiro, espaço para área de serviço na parte externa e espaço na parte da frente para que as pessoas possam aumentar. Em média 60% das residências se encontram muradas e com portões, os contemplados que dispõem condições estão aproveitando bem os espaços do terreno.

Cada casa é avaliada em média por R\$ 46.015,27, o que representa um investimento na construção do bairro num valor aproximado de R\$ 73.348.340,38 (milhões). As moradias possuem o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), que funciona como os seguros o MIP (Seguro de Morte e Invalidez Permanente) e o DFI (Danos Físicos ao imóvel) e ainda garante o pagamento de prestações em caso de perda ou redução de renda, esse seguro, não tem nenhum custo para os mutuários do Programa Minha Casa Minha Vida (PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 2018).

Figura 05: Casas do bairro Vila Bela



Fonte: Blog Farol de Notícias (2013).

O tipo de material utilizado na construção das casas é alvenaria (blocos), com paredes rebocadas e pintadas, piso de cerâmica, cobertura com madeira e telha de barro, nas casas construídas das primeiras etapas, o teto é forrado de gesso o qual, na maioria das casas encontra-se com rachadura ou trincado, o teto das últimas etapas é de PVC, que se encontra normal em todas as casas que o utilizaram na construção.

Em todo o bairro há uma boa ventilação, as casas foram construídas com janelas em esquadria de alumínio e/ou ferro com vidro, nos quartos e na sala proporcionando um bom arejamento e claridade, e com porta em madeira.

4.2.4.a Percepção/avaliação do beneficiário sobre a residência recebida e o entorno

Utilizou-se para essa parte a escala likert⁹, que detecta a medida de satisfação do beneficiário onde tem como opções: 1 (muito insatisfeito), 2 (insatisfeito), 3 (indiferente), 4 (satisfeito) e 5 (muito satisfeito). Os resultados são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 14: Resultado quanto à habitabilidade da residência das pessoas entrevistadas

HABITABILIDADE	FREQ/ABSOLUTA						FREQ/RELATIVA					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Disposição cômodos	0	11	26	113	0	150	0	7	17	75	0	1
Adequação móveis	0	9	21	120	0	150	0	6	14	80	0	1
Tamanho Cozinha	0	22	13	115	0	150	0	15	9	77	0	1
Tamanho sala	0	2	15	133	0	150	0	1	10	89	0	1
Tamanho Quartos	0	11	13	126	0	150	0	7	9	84	0	1
Tamanho Banheiro	0	9	12	129	0	150	0	6	8	86	0	1
Tamanho área de serviço	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Temp. inverno/verão	0	0	150	0	0	150	0	0	1	0	0	1
Ruídos (interno/externo)	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Iluminação natural	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Ventilação Natural	0	0		150	0	150	0	0	0	1	0	1

Fonte: Pesquisa de campo

Em relação à habitabilidade da casa, os percentuais de insatisfação dos entrevistados foram: 7% se mostraram insatisfeitos quanto à disposição dos cômodos, 6% quanto à adequação dos móveis (algumas pessoas falaram que tiveram que se desfazer de alguns móveis) 15% quanto ao tamanho da cozinha, 7% com o tamanho dos quartos e 6% com o tamanho do banheiro. Como não pode mexer na estrutura da casa para aumentar os cômodos, algumas pessoas já construíram na área externa do fundo mais um quarto, na parte da frente também há espaço para construir mais quartos, entretanto, muitos utilizam para fazer garagem, abrir um micro-negócio (salão de beleza, oficinas, vendinha e outros), usar como terraço, plantar fruteiras ou utilizar com jardinagem.

⁹ Consiste numa escala de 5 pontos que visa identificar a percepção do usuário sobre algo proposto numa questão elaborada. Essa percepção verifica, no caso da pesquisa de campo dessa pesquisa, a satisfação dos beneficiários do PMCMV no bairro Vila Bela, quanto a casa, equipamentos e mudanças ocorridas.

Em relação à segurança, construção e estética das casas e do bairro Vila Bela que fica a 5 km do centro da cidade temos:

Tabela 15: Resultado referente à segurança, construção e estética das residências das famílias.

Segurança da casa/bairro	FREQ/ABSOLUTA						FREQ/RELATIVA					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Estrutural (incêndios/chuvas)	0	0	26	124	0	150	0	0	17	83	0	1
Intrusão (assaltos, roubos ..)	0	35	10	105	0	150	0	23	7	70	0	1
No conjunto residencial	0	20	31	99	0	150	0	13	21	66	0	1
	”						(%)					
Construção e estética da casa	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Pisos	0	6	0	144	0	150	0	4	0	96	0	1
Paredes	0	3	0	147	0	150	0	2	0	98	0	1
Portas e Janelas	0	0	5	145	0	150	0	0	3	97	0	1
Teto	0	95	2	53	0	150	0	63	1	35	0	1
Estrutura geral	0	0	41	109	0	150	0	0	27	73	0	1
Instalação elétrica	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Instalação hidráulica	0	0	0	150	0	150	0	0,	0	1	0	1
Aparência geral da casa	0	0	39	111	0	150	0	0	26	74	0	1

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quanto à segurança da casa e do bairro, 23% dos entrevistados se dizem insatisfeitos, porque foram furtados em suas casas e que os ladrões usaram as janelas para adentrar ou puxar algum objeto, muitas pessoas providenciaram grades de proteção e algumas trocaram as janelas por outras mais seguras. Porém, relatam que após a instalação e o funcionamento do posto policial sob o comando do 14º BPM e as rondas policiais melhorou, entretanto como primeira medida preventiva dos moradores é a colocação das grades, 13% insatisfeitos com a segurança do bairro principalmente à noite porque não há policiamento neste turno. Existe vigilância noturna privada para as pessoas que pagam uma taxa mensal.

Não há insatisfação em relação às janelas porque o problema não é das janelas, como já mencionado acima. E todas as casas estão com as instalações elétricas e hidráulicas funcionando normalmente, com exceção, as casas que o abastecimento foi interrompido por

falta de pagamento. Algumas pessoas mencionaram que o valor da energia do bairro está alto e não entendem o porquê, uma vez que muitas pessoas não dispõem de condições para possuir diversos eletrodomésticos e sim apenas o necessário.

Em relação ao teto das casas que foram forradas com gesso, em 63% das pessoas entrevistadas mostraram-se insatisfeitos, devido apresentar rachaduras e em algumas casas estão caindo e segundo alguns entrevistados, a madeira utilizada na construção estava verde e após ressecar repuxou os arames onde são firmadas as placas de gesso e este problema o seguro não cobre, as pessoas terão que consertar por conta própria.

Os beneficiários se dizem em média 74% satisfeitos em relação à estrutura e aparência da casa, porque o que mais queriam era adquirir o direito a casa.

4.2.4.b Infraestrutura e equipamentos do conjunto habitacional

Conforme Diretrizes Gerais da Portaria 168, de abril de 2011, para a Elaboração do Projeto do empreendimento deverá ser dotado de infraestrutura urbana básica. O conjunto habitacional possui como estrutura urbana, ruas calçadas ou pavimentadas, sistema de abastecimento de água da adutora com reservatório elevado e saneamento básico. Os beneficiados recebem os serviços oferecidos pelo Governo Municipal como: atendimento do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), serviços básicos em saúde, coleta seletiva do lixo, mobilidade urbana (transporte público), escola para o ensino fundamental e creche para as crianças.

Logo que foram concluídas as duas primeiras etapas o conjunto habitacional contava com duas praças com brinquedos (parques) para crianças, entretanto, atualmente as praças encontram-se abandonadas com mato, sem bancos, sem iluminação adequada e sem atrativo para as pessoas as utilizarem.

Tabela 16: Resultado da infraestrutura e equipamentos no bairro Vila Bela

Infraestrutura/equipamentos	FREQ. ABSOLUTA						FREQ. RELATIVA					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Área de laser/parque/prça	0	108	12	30	0	150	0	72	8	20	0	1
Ruas pavimentadas	0	27	2	121	0	150	0	18	1	81	0	1
Calçadas	0	0	23	127	0	150	0	0	15	85	0	1
Acessibilidade p/ deficientes	1	1	148	0	0	150	1	1	99	0	0	1
Abastecimento de água	0	0	132	18	0	150	0	0	88	12	0	1
Iluminação Pública	0	0	3	147	0	150	0	0	2	98	0	1
Coleta de esgoto	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Coleta de lixo	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Limpeza urbana	0	25	6	119	0	150	0	17	4	79	0	1
Escoamento de água (bueiros)	0	3	4	143	0	150	0	2	3	95	0	1
Sinal de telefone celular	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Sinal de internet	0	0	0	150	0	150	0	0	0	1	0	1
Transporte Público (acesso)	0	5	10	135	0	150	0	3	7	90	0	1
Transp. Público (frequência)	0	24	10	116	0	150	0	16	7	77	0	1
Ligação entre bairros e centro	0	18	29	103	0	150	0	12	19	69	0	1
Escolas e Inst. ensino acesso	0	9	61	80	0	150	0	6	41	53	0	1
Saúde (posto de saúde) acesso	0	60	19	71	0	150	0	40	13	47	0	1
Assist. Social CRAS/CREAS	0	1	149	0	0	150	0	1	99	0	0	1
Igrejas/Templo religiosos	0	10	70	70	0	150	0	7	47	47	0	1
Comércio/serviços básicos	0	11	75	64	0	150	0	7	50	43	0	1

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Tendo em vista a situação das praças, 72% das pessoas entrevistadas se mostram insatisfeitas, e, relatam que foram os vândalos que as destruíram e não as crianças ou as pessoas que as utilizavam para lazer. Em uma das praças uma senhora que é funcionária pública faz a limpeza (não há lixo, e sim mato) e a outra além do mato tem lixo.

Em relação à pavimentação das ruas 18% mostram-se insatisfeitas porque em algumas ruas o material usado está se desmanchando e existem muitos buracos nas ruas. E 17% mostraram-se insatisfeitos porque não verem pessoas varrendo as ruas, a coleta do lixo é realizada, entretanto, a limpeza não.

Em relação à acessibilidade para deficientes, apenas 1% de insatisfação, uma das pessoas entrevistadas reclamou da falta de adequação dos ônibus da cidade para cadeirantes e acrescentou que se sentia preso dentro de casa porque não tinha como se locomover dentro do bairro ou ir até o centro de ônibus.

Sobre o transporte público, 16% mostraram insatisfação devido os ônibus circularem somente até as 19:00 hs de segunda a sexta-feira, aos sábados até as 14:00hs e aos domingos até as 12:00hs, ficando impossibilitados de irem à noite ao centro e visitarem parentes e amigos no centro da cidade nos finais de semana à tarde. O valor da passagem no período da entrevista custava R\$ 3,00, e moto-táxi R\$ 5,00, para quem trabalha no centro da cidade, mensalmente terá uma despesa com ônibus no valor de R\$ 240,00 (4 vezes p/dia). Quando necessitam pagar contas, fazer compras, procurar trabalho terão que utilizar um meio de transporte devido à distância para o centro.

Em 12% das pessoas entrevistadas foi percebida insatisfação por não terem acesso ao bairro mais próximo, no caso, o Alto do Bom Jesus, durante o dia algumas pessoas usam uma estreita via de acesso onde funcionava a linha férrea, a pés, de bicicleta ou de moto, porém, há insegura. Cogita-se um projeto de construção de um anel viário interligando os dois bairros o que poderá facilitar a circulação de transporte público nos horários descobertos.

A escola municipal existente no bairro para o ensino fundamental está funcionando em instalações provisórias (antes acampamento da construtora do conjunto habitacional), segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Social o que se subentende que existe em andamento projeto de construção de instalações melhores de ensino para o bairro.

A creche do bairro segue os padrões do Ministério da Educação (MEC) e dispõe de espaço adequado e suficiente para atender as crianças do bairro. Observou-se que a população está satisfeita com os serviços prestados pela creche local.

Figura 06: Creche do bairro Vila Bela



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quanto ao acesso aos serviços básicos de saúde, 40% das pessoas demonstrou insatisfação devido à dificuldade para pegar ficha para atendimento, a falta de agente de saúde em algumas áreas e poucos dias durante a semana de atendimento médico na Unidade de Saúde da Família do bairro.

Segundo informações dos residentes, no bairro não há instalações do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), entretanto, o bairro é assistido pelo CRAS do bairro Borborema. Quando necessitam de assistência entram em contato por telefone e recebem o suporte necessário.

No bairro existem igrejas evangélicas, entretanto, 7% dos entrevistados mostraram-se insatisfeitos porque não existe igreja católica e que as missas estão sendo celebradas na creche, 47% mostraram-se indiferentes porque não frequentam, não são católicos e/ou frequentam a matriz da cidade e 47% dos entrevistados mostraram-se satisfeitos.

Quanto ao comércio no bairro, 43% demonstraram satisfação, enquanto que, 50% indiferença porque fazem suas compras e pagam suas contas no centro e 7% insatisfeitos porque existe apenas uma farmácia no bairro, e não existem lojas de roupas, calçados e

acessórios e precisam se deslocar para o centro. Em relação a supermercado, o bairro está atendido e tem como opção para compra no atacado o Pajeú na BR 232, e também existem três padarias segundo informações dos moradores, um posto de combustível onde se encontra a farmácia, além de salões de beleza, barbearia, borracharia, artesanato e etc., no bairro.

Figura 07: Posto de Combustível do bairro Vila Bela



Fonte: pesquisa de campo (2018).

4.3 Sugestões de melhoria do bairro Vila Bela, pela percepção dos beneficiários.

As respostas das pessoas em relação às sugestões são mais de um provimento ou necessidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas no bairro, apresentando um valor superior à quantidade de pessoas entrevistadas.

Tabela 17: Resultado das sugestões das pessoas entrevistadas para melhorar as condições de vida no bairro Vila Bela.

PROVIMENTOS	FREQ. ABS.	FREQ. RELATIVA
Segurança /Policiamento	58	13
Iluminação (praças)	11	2
Transporte Público (noite e fds)	24	5
Escolas (Estadual e ensino médio)	28	6
Opções de trabalho	32	7
Unidade de saúde (mais uma)	17	4
Melhorar atend. USF (organização)	25	6
Mais atend. Médico na USF	29	6
Agentes de saúde (áreas descobertas)	19	4
Serviços do correio	7	2
Feira local	10	2
Praças e ruas arborizadas (recuperação)	57	13
Quadra de esportes (coberta)	6	1
Parques/área de laser	10	2
Casa lotérica	62	14
Posto bancário	37	8
Projetos sociais p/jovens/adolescentes	6	1
Ambulância	4	1
Igreja católica	9	2
TOTAL	451	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Conforme apresentado na tabela acima: 62 pessoas citaram a necessidade de uma casa lotérica para pagar suas contas e/ou 37 pessoas posto bancário, a falta de local para pagar suas contas e realizar movimentações bancárias, implica em custos para deslocamentos até o

centro; 57 responderam que seria a recuperação das praças e colocar vigilantes durante a noite para que não as destruam, o percentual de pessoas insatisfeitas com as praças apresenta 72%, e foi observado que há um elevado número de crianças no conjunto habitacional sem espaço para recreação, os pais não dispõem no bairro de outras opções para o lazer com a família; 04 pessoas citaram a necessidade de uma ambulância no bairro, devido à distância para o hospital no centro e, em casos de urgências (infarto, acidentes e etc.) o socorro poderá demorar porque ainda terão que ligar para o centro para solicitar uma ambulância disponível para atendê-los.

Para que melhore as condições de vida das pessoas, 13% responderam que seria aumentar o número de viaturas e policiais para terem mais segurança, recuperar as praças e arborizar as ruas do bairro. Durante o dia há rondas policiais em todo o bairro, porém, segundo informações dos moradores no turno da noite não há rondas policiais, existe ronda realizada por motoqueiros particulares que percorrem as ruas nas quais residem as pessoas que contribuem com uma taxa de R\$ 10,00 mensalmente.

Quanto à saúde, sugeriram mais organização na Unidade de Saúde da Família em relação à distribuição de fichas e horários de atendimento, devido morar afastadas da unidade. Mencionam a falta de agentes comunitários de saúde¹⁰ para as áreas descoberta e reivindicam o aumento de dias com atendimento médico durante a semana na unidade. Algumas pessoas entrevistadas devido à dificuldade para conseguir atendimento na unidade, preferem procurar o serviço de emergência do hospital regional no centro da cidade para ser atendido.

Em relação à educação responderam que o bairro carece de uma instituição de ensino estadual para dar prosseguimento aos estudos, porque no bairro existe apenas uma escola para o ensino fundamental, a instituição para o ensino médio na localidade daria oportunidade de mais pessoas voltarem a estudar, inclusive as mulheres casadas e que são mães porque evitaria o deslocamento para o centro.

Algumas pessoas citaram a necessidade de mais projetos sociais no bairro para tirar os adolescentes e jovens da rua. Em 2015 foi criado por moradores e líderes do bairro com o apoio da polícia militar um projeto para reduzir o número de jovens e adolescentes usuários de drogas o “Esporte Solidário” que atende em média 200 pessoas na quadra do PETI, entretanto, os moradores relatam que ainda existem muitos usuários no bairro.

¹⁰ O ACS tem como atribuição em sua área de atuação, realizar atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, proporcionando o acesso da comunidade aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania.

Das pessoas entrevistadas 32 responderam que o município e/ou a região precisa criar opções de trabalho para que possibilite uma melhora nas condições de vida, principalmente no que tange à alimentação, porque há muitas pessoas desempregadas.

As demais respostas das pessoas entrevistadas estão disponíveis na tabela acima para conhecimento dos provimentos necessários para melhorar as condições de vida dos residentes do bairro Vila Bela.

4.4. Identificação dos benefícios que o PMCMV proporcionou às famílias e quais as dificuldades para a adesão, aquisição e adaptações no conjunto habitacional.

Demonstrando a importância para a pessoa beneficiada e sua família mudar-se para o conjunto habitacional do programa no bairro Vila Bela.

Tabela 18: Resultado dos benefícios que a moradia do PMCMV proporcionou para as famílias do bairro Vila Bela

	FREQ. ABSOLUTA	FREQ. RELATIVA
Ter casa própria	132	63
Comodidade	0	0
Conforto	0	0
Acesso à educação/saúde/lazer	1	1
Melhoria da renda	18	9
Ter saído do aluguel	57	27
TOTAL	208	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Para 63% dos entrevistados o que os motivou a mudar para a casa do PMCMV foi à realização do sonho da casa própria, para 27% sair do aluguel era o que mais desejava e 9% queriam melhorar a renda da família.

O que significa que a moradia para as pessoas que foram beneficiadas representou uma conquista, conseguir ser selecionadas foi algo muito almejado pelas pessoas que se cadastraram para adquirir o imóvel. Muitas pessoas se mostraram satisfeitas em terem sido contempladas e, obtido a oportunidade de possuir uma casa. Os dados de comodidade e conforto são também importantes, mesmo sendo 0%, pois pode estar mostrando que eles estão satisfeitos em ter a casa e saído do aluguel, mas quanto a morar com essas qualidades, ainda não estão tão satisfeitos, mas é possível adaptar, caso tenham renda para modificar.

Quanto as principais dificuldades das famílias para aquisição e transferência para a casa do PMCMV.

Tabela 19: Resultado das dificuldades para aquisição da moradia, transferência e adaptação no conjunto habitacional.

	FREQ.ABSOLUTA	FREQ. RELATIVA
Burocracia inscrição	0	0
Ser sorteado (demora)	40	27
Prazo entrega e inauguração	0	0
Estrutura/Acomodação da casa	10	7
Distância para o trabalho	3	2
Distância da família	6	4
Distância centro	30	20
Nenhuma dificuldade e/ou normal	61	41
TOTAL	150	100

Fonte: pesquisa de campo (2018).

As pessoas interessadas deverão se cadastrar no site do programa da prefeitura, ter renda até três salários mínimos, residir no município e não possuir imóvel em seu nome conforme as condições necessárias descritas na Cartilha, o processo entre cadastro e recebimento do imóvel leva em média um período de um a dois anos, a quantidade de pessoas selecionadas depende do número de casas construídas em cada etapa.

Com relação às dificuldades para aquisição da moradia do programa 27% dos entrevistados responderam que demorou ser sorteados e 41% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade, ou seja, tudo transcorreu dentro das normas do programa.

Sobre a transferência para o bairro 20% responderam que a distância para o centro no início os incomodou um pouco, mas já se adaptaram apesar de algumas dificuldades.

Os resultados da pesquisa de campo do bairro Vila Bela, correspondem aos objetivos específicos desse trabalho, considera-se como benefícios que o programa proporcionou para as pessoas contempladas, a possibilidade das famílias com baixa renda realizarem o sonho de adquirir a casa própria e saírem do aluguel.

Quanto ao conjunto habitacional as pessoas demonstram satisfação e adaptação apesar, da distância para o centro e das limitações encontradas e é perceptível que esperam dos órgãos públicos melhorias para facilitar o dia a dia de todos e as condições de vida no bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar as mudanças nas condições de vida das famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do conjunto habitacional do bairro Vila Bela em Serra Talhada – PE, que foi construído no entorno da cidade a 5 km do centro, para atender as famílias com renda de até três salários mínimos e reduzir o déficit habitacional, que proporcionou crescimento da economia do município, através do trabalho temporário, aquecimento do comércio de material de construção e a ampliação da área física da cidade.

Em 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida para famílias com faixa de renda de até dez salários mínimos, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, o déficit e ativar o crescimento econômico do país com a construção civil, contrastando-se com a crise internacional que vigorava no período, após nove anos da sua atuação o programa entregou até maio do corrente ano 3.715.350 milhões de unidades habitacionais, comparando com a quantidade de moradias construídas nos 22 anos de funcionamento do BNH, o PMCMV vem reduzindo em média 2,8 em cada ano desde a sua criação em 2009, o déficit habitacional.

O PMCMV, no bairro Vila Bela no município de Serra Talhada reduziu 57% do déficit habitacional de 2.787 unidades existente em 2010, para a faixa de renda de até três salários mínimos. Embora o déficit esteja crescendo em conformidade com a população, observa-se que o município avançou nos últimos cinco anos em busca de atender a população de baixa renda para a realização do sonho da casa própria.

Na pesquisa de campo no bairro Vila Bela, foi observado o perfil socioeconômico das famílias, as condições das moradias anteriores e atuais, a infraestrutura e os equipamentos comunitários, onde foram entrevistadas 150 pessoas (casas) das quais 109 mulheres e 41 homens. O percentual elevado de mulheres atende as diretrizes do programa, onde prioriza mulheres responsáveis pelo lar. A faixa de idade com maior percentual encontra-se entre 30 e 50 anos, indicando que as pessoas terão probabilidade de residir no bairro por um bom período de tempo. Em relação ao estado civil 36% são solteiras, 12% separados e/ou divorciada, 6% viúvas, 32% casadas e 14% em união estável. O percentual de pessoas solteiras entrevistadas representam na maioria as mulheres responsáveis pelo lar, o percentual de viúvas correspondendo pessoas idosas que atribui a uma pequena porcentagem (3%) requisitada pelo programa.

Quanto à renda e ocupação, 86% das famílias entrevistadas possuem renda inferior a um salário mínimo, 71% recebem bolsa família, 61% são do lar, apenas 2% com trabalho formal, 15% autônomos e 6% sem ocupação. O percentual alto da renda inferior a um salário mínimo das pessoas entrevistadas inclui os 71% das famílias que sobrevivem apenas com o benefício recebido do PBF que para a maioria não ultrapassam a trezentos reais mensais e buscam encontrar serviços alternativos para complementar sua renda.

Pessoas com trabalho formal apresenta um percentual baixo, devido à crise econômica no país que eleva o índice de desemprego ultrapassando a 13% da população brasileira no ano em curso. À distância para o centro da cidade e a falta de recursos para deslocamentos constantes em busca de serviços e para resolver compromissos cotidianos, onera suas despesas e também contribui para que 61% das pessoas tenham ocupação “do lar”.

O percentual de pessoas que não possuem o ensino fundamental completo foi de 47%, alto para o século que estamos vivendo, onde existem mais oportunidades que em décadas passadas, entretanto, por necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas da família ou por motivos de relacionamentos com o sexo oposto onde às pessoas conceberam filhos, as deixaram impossibilitadas de dar continuidade aos estudos, esse percentual condiz com os do IBGE, que apresentou o percentual de abandono do ensino fundamental de 3,3% em 2015 no município e de 1,3% do nível médio, apenas 9% das pessoas entrevistadas possuem o nível médio completo e também apenas 9% continuam estudando.

Em relação às condições de moradias anteriores, 77% moravam em imóveis alugados 15% em imóveis cedidos, esses percentuais demonstram que a situação anterior com a moradia não era satisfatório, devido o aluguel do imóvel pesar no orçamento das famílias fazendo reduzir as despesas com alimentação ou aumentar o nível de endividamento no comércio. Quanto aos imóveis cedidos as pessoas demonstraram constrangimento diante da sua própria família em não poder arcar com as despesas de moradia por conta própria.

As unidades habitacionais construídas foram de acordo com especificações técnicas mínimas, contendo sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, e, adaptáveis ao uso por famílias de que façam parte pessoas com deficiência. O valor dos subsídios para a moradia na faixa I chega até a 96% do custo de produção, o que possibilitou muitas famílias serem beneficiadas com o programa, tornando suas taxas de financiamento que correspondem a 10% da sua renda mensal, um baixo valor que se encontra entre R\$ 25,00 e R\$ 80,00. As taxas mensais que as pessoas entrevistadas pagam a CEF correspondem a 74% entre 25,00 e 30,00 reais e 24% entre 31,00 e 80,00.

Quanto à infraestrutura e equipamentos, no bairro existe pavimentação, calçadas, energia elétrica, água encanada, e, provimentos básicos como unidade de saúde, escola, creche, posto policial com patrulhamento diário (diurno), uma quadra aberta para a prática de esporte e transporte público para locomoção diurna até o centro. Para atender as necessidades de consumo das famílias do conjunto habitacional, existe um posto de combustível, uma farmácia, supermercados e pontos de serviços diversos.

No geral, as pessoas entrevistadas mostraram-se satisfeitas com o imóvel adquirido no conjunto habitacional do bairro Vila Bela com o Programa Minha Casa Minha Vida, apesar da insegurança no turno da noite, distância para o centro da cidade, destruição das praças e da preocupação com invasões das casas desocupadas. Ao mesmo tempo, esperam providências no sentido de que esses problemas sejam solucionados pelos órgãos competentes e que possam usufruir de melhores condições de vida.

O governo municipal planeja sanar o deficit habitacional no município até o final do seu mandato em 2020, e para melhorar o acesso ao bairro existe um projeto para a construção de um anel viário interligando os bairros Vila Bela e Alto Bom Jesus, o que proporcionará uma melhor acessibilidade para as pessoas, e, possibilitará a circulação do transporte público no turno da noite pelo menos até o horário do término das aulas.

Quanto às casas abandonadas e às invasões, alguns líderes locais formaram comissões de fiscalização, os casos encontrados são entregues ao Ministério Público que faz as notificações, as pessoas que foram contempladas e não aceitaram residir no conjunto habitacional devolvem as chaves e as casas são repassadas para as pessoas que ficam na reserva, e as pessoas que invadiram perderão o direito a se cadastrar no programa, segundo o Conselho de Assistência Social do município.

A sugestão das pessoas entrevistadas sobre a necessidade da recuperação das praças e a colocação de vigilantes durante a noite, também é muito importante para a melhoria da vida da população do bairro, porque existem muitas crianças no conjunto habitacional que ficam sem uma área de lazer para recreação.

Os benefícios proporcionados às famílias com o PMCMV, conforme o resultado da pesquisa foi à realização do sonho de adquirir a casa própria e sair do aluguel com o objetivo de melhorar as condições financeiras e poder dar mais conforto a família.

Sugestões para outros trabalhos:

- Os impactos macroeconômicos na economia do país com os subsídios para o Programa Minha Casa Minha Vida;
- Quais as expectativas futuras das famílias beneficiadas com o programa, em relação à construção do conjunto habitacional ser no entorno das cidades?
- Quais os projetos existentes a nível municipal, para facilitar a vida das pessoas residentes nas habitações do PMCMV?

O Programa Minha Casa Minha Vida pode ser estudado e analisado com seguimentos diversos e alternativos, existem vários fatores que podem ser explorados dentro deste contexto, o trabalho apresentado ficará a disposição para que outras pessoas possam utilizar para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Hannah. *O que é política*. Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. Editora Bertrand Brasil, 1998 (p.1-2).

AUGUSTO, Tânia Mara. *A História das Políticas Sociais no Brasil e seus grandes acontecimentos*, Rondônia, 25 set.2011. Disponível em:

< <http://taniamaraaugusto.blogspot.com.br/2011/09/historia-das-politicas-sociais-no.html> > Acesso em: 23 de mai. 2018.

AZEVEDO, Sérgio de. *Vinte e Dois Anos de Política de Habitação Popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH*. Revista Adm. Pública, Rio de Janeiro, RJ, n.22, abr.88.107-119, out./dez. 1988. Disponível em:

< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458> > Acesso em: 05 de mai. 2018.

AZEVEDO, Sérgio de. *Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências*. 1991. Disponível em:

< <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo1.pdf> > Acesso em 05 de maio de 2018.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Elsevier Editora Ltda, São Paulo, 1992, 2004 (p. 8-9). Disponível em:

< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf > Acesso em: 06 de mai. 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. vol. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732. Disponível em:

< analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf >. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Coordenação de estudos legislativos - CEDI**, Brasília, DF, 2001. p.49.

BRASIL, Lei nº 2.424, de 16 de junho de 2011. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Câmara Legislativa**. Brasília, DF, 16 de jun. de 2011. p. 28.

BRASIL, Ministério das Cidades. Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 de abr.de 2013. p. 25.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Cartilha Minha Casa Minha Vida*. Brasília, 2014. p.40. Disponível em:< <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/marco/Cartilha-Minha-Casa-Minha-Vida.pdf/view> > Acesso em: 08 de mai. 2018.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, CIBIC. *Deficit Habitacional no Brasil*, 2013. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil> > Acesso em: 23 abri. 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas*. 2003. Disponível em:

< http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/adauto_polhab_brasil.pdf > Acesso em: 18 de mai. 2018.

CARIELLO FILHO, Orlando. *As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores*. Brasília, 2011. 215 p. Tese Doutorado (Programa de Pós-Graduação) Universidade de Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2011. [Orientador: Prof. Doutor Luiz Alberto de Campos Gouvêa]. Disponível em:

< <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11327/1/2011OrlandoCarielloFilho.pdf> > Acesso em: 05 de mai. 2018

CASTRO, Jorge Abrahão de. **OLIVEIRA**, Márcio Gimene de. *Políticas Públicas e Desenvolvimento*. In: **MADEIRA**, Lígia Mori. et al. (Orgs) *Avaliação de Políticas Públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014 (p.20-48).

DIAS, Reinaldo; **MATOS**, Fernanda. *Políticas Públicas*. Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012 (p. 2-19).

FARIAS, Luciana. *A História da Política Social no Brasil*. 2011. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-da-politica-social-no-brasil/68950/> > Acesso em: 23 de mai. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Deficit Habitacional no Brasil 2008*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2011.p. 141. Disponível em: < <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/110-deficit-habitacional-no-brasil-2008/file>> Acesso em: 20 abri. 2018.

HÖFLING, Eloísa de Matos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em<<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>> Acesso em: 29 de mar. 2018.

LIMA, Rosa Maria Cortez de. *Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida*. In: **ARCOVERDE**. Ana Cristina. et al. (Orgs) *Avaliação de Políticas Públicas: Em Múltiplos Olhares e Diferentes Práxis*. Editora UFPE. Recife, 2014 (p. 237-240).

MOREIRA, Edison Marques. *Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 21-32, 2013. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2845/3128> > Acesso em: 18 de mai. 2018.

MUNARO, Franciel. *Evolução e Reconhecimento dos Direitos Fundamentais: direitos de liberdade, direitos sociais, estado democrático de direito e cidadania*. Justiça & História, Porto Alegre, v. 11, n. 21-22, p. 169-196, 2011 /2013. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/docs/Justica_Historia_Vol_11_num21_22_8.pdf> Acesso em: 07 de mai. 2018.

NASCIMENTO, Denise Morado; **BRAGA**, Raquel Carvalho de Queirós. *Deficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?*. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, n.9, p.98-109, jan.2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765/48395> > Acesso em: 16 de mai. 2018.

NETTO, José Paulo. *O que é Marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 9ª Edição, 2009 (p. 10-20).

OLIVEIRA, Iris Maria de. *Política Social, Assistência Social e Cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira*. 2003. Disponível em: < http://www.cpihts.com/2003_10_19/Iris%20Oliveira.htm > Acesso em: 28 de mai. 2018.

PACHECO, Everton Bonato. *As Políticas Sociais Compensatórias: impactos do programa bolsa família*. 2011. 26.f.Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais)-Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, dez.2011. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/graduacaocienciasocias/files/2010/11/As-pol%C3%ADticas-sociais-compensat%C3%B3rias-Impactos-do-Programa-Bolsa-Fam%C3%ADlia-Everton-Bonato-Pacheco.pdf> > Acesso em: 28 de mai. 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Nação, Estado e Estado-Nação, Lua Nova, São Paulo*, 100: 155-185,2017. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-1n-100-00155.pdf> > Acesso em: 30 de abri. 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. *Utopias Desenvolvimentistas e Política Social no Brasil*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p.729-753, out./dez. 2012. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf> > Acesso em: 06 de mai.2018.

RIBEIRO, Edaléa Maria. *A Política de Habitação Popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal*. 2007. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppiii/html/trabalhos/eixotematicoa/1211e0723ab90108ae52edal%c3%a9a.pdf> > Acesso em: 20 de mai. 2018.

ROMAGNOLI, Alexandre J. *O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos*. 2012. Disponível em:

<<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoalexandreromagnoli.pdf> >Acesso em: 16 de mai. 2018.

ROTTA, Edegar; **REIS**, Carlos Nelson. *Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária*. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007 Disponível em:

<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7950/2/Desenvolvimento_e_politicas_sociais_uma_relacao_necessaria.pdf> Acesso em: 06 de mai. 2018.

SANTOS, Cláudio Hamilton M.. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Texto para discussão, n. 654. IPEA: Brasília, julho de 1999. Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf> Acesso em: 23 mar. 2018.

SERRA TALHADA, Prefeitura Municipal-PMST. 2018.

SILVA, Ailton José. *A ideia de poder em foucault: o estado e a arte de governar*. São João Del-Rei/MG, n.12,p.19-37/2010.Disponível em:

<<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/ailton.pdf> > Acesso em: 30 de abr. 2018.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*, 2002. Disponível em <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf> > Acesso em: 09 de abr. 2018.

SOUZA, Ângela Gordilho. *Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras–(Re)Qualificando a questão para Salvador BA*. Cadernos MetrÓpole n.5 jan,2000. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9297/6901> > Acesso em: 23 de mai. 2018.

VIANNA, Maria Teixeira Werneck. *Em torno do conceito de Política Social: notas introdutórias*. 2002. Disponível em:

<<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf> > Acesso em: 29 de mar. 2018.

TEXEIRA, Solange Maria. *Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social*. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 45-64, jul-dez./2007. Disponível em:

< <http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/400/354> > Acesso em: 23 de mai. 2018.

APÊNDICE A

Questionário semiestruturado utilizado para a pesquisa de campo no conjunto habitacional do bairro Vila Bela em Serra Talhada no período de 21/05/2018 a 02/06/2018.

QUESTIONÁRIO BENEFICIÁRIOS / FAMÍLIAS DO PMCMV – VILA BELA, SERRA TALHADA PE.

Lote: _____	
Endereço: _____	Nº: _____
Data da Aplicação do Questionário: ____ / ____ / ____ Nº Quest. [____]	
Nome da pessoa entrevistada _____	
1 Beneficiário [1] Não [2] Sim.	
2 Se Não, qual grau de parentesco/relação?	
(1) Companheiro (a)	(3) Pai/Mãe
(2) Filho/a	(99) Outro. Qual? _____

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

PERFIL SOCIOECONÔMICO

3. Gênero: F [1] | M [2] | Outro [3]

4. Idade: [____] anos | [99] NS/NR

5. Estado Civil

[1] Solteiro

[4] Viúvo

[2] Casado

[5] Outro. Qual?

[3] Divorciado/Separado

[99] NS/NR

6 Morava com – ANTES

[1] Sozinho

[3] Pais [____]

[2] Companheiro/a

[4] Outro. Qual?

[3] Filho(s) [____]

[99] NS/NR

7 Mora com – ATUAL

[1] Sozinho

[3] Pais [____]

[2] Companheiro/a

[4] Outro. Qual?

[3] Filho(s) [____]

[99] NS/NR

8 Nasceu onde (Estado/município/bairro ou distrito) _____

(Se é de outro município e/ou Estado responder 9 e 10, senão pule para 11)

9 Em ano veio morar em Serra Talhada? _____ [99] NS/NR

10. O que motivou essa mudança? (Se respondeu 9)

[1] Trabalho/Renda

[5] Educação

[2] Moradia

[6] Família

[3] Segurança

[7] Outro. Qual?

[4] Saúde

[99] NS/NR

11. Em que data se mudou para Vila Bela?

[1] [____ / ____ / ____]

[99] NS/NR

12 Em que data foi sorteado?

[1] [____ / ____ / ____]

[99] NS/NR

PERFIL EDUCACIONAL

13. Escolaridade

[1] Não frequentou

[7] Ensino Médio incompleto

[2] Alfabetizado/Primário

[8] Ensino Médio completo

[3] Ensino Fundamental I incompleto

[9] Ensino Técnico incompleto

[4] Ensino Fundamental I completo

[10] Ensino Técnico completo

[5] Ensino Fundamental II incompleto

[11] Outro. Qual? _____

[6] Ensino Fundamental II completo

[99] NS/NR

14. Antes de mudar para Vila Bela estava estudando?

[1] Não

[2] Sim. Onde/Qual Curso? _____

[99] NS/NR

15. Estuda atualmente?

- [1] Não [2] Sim. Onde/Qual Curso? _____
 [99] NS/NR

(Dica: se antes não, e agora sim, o que motivou, busque essa informação)

16. Se sim no momento, em qual turno:

- [1] Manhã [3] Noite
 [2] Tarde [99] NS/NR

PERFIL OCUPAÇÃO E RENDA

17. Ocupação

- [1] Trabalho C/ CT
 [2] Trabalho S/ CT
 [3] Trabalho Informal
 [4] Autônomo
 [5] Desempregado
 [6] Servidor Público
 [7] Trabalho Rural
 [8] Do Lar
 [9] Outro. Qual?
 [99] NS/NR

18. Transferência de Renda

- [1] Aposentadoria
 [2] Bolsa Família
 [3] BPC
 [4] Pensão
 [5] Outro
 [99] NS/NR

19 Renda Familiar (em Salários Mínimos)

- [1] até 1 [4] 3 a 5
 [2] 1 a 2 [5] acima de 5
 [3] 2 a 3 [99] NS/NR

II - CONDIÇÕES DE MORADIA – ANTES – (PMCMV)

20. Terreno/Local da residência anterior era:

- [1] Ocupação/Invasão [3] Outro. Qual? _____
 [2] Área regularizada [99] NS/NR

21. Situação dessa residência anterior

- [1] Própria (da família do entrevistado) [4] Invadido/Ocupado
 [2] Alugado (Valor do aluguel - R\$ _____) [5] Outro. Qual?
 [3] Cedido [99] NS/NR

22. Tipo da residência anterior

- | | |
|-----------------|----------------------|
| [1] Apartamento | [3] Quarto/Quitinete |
| [2] Casa | [4] Outro. Qual? |
| | [99] NS/NR |

Estrutura dessa residência anterior**23. Tipo principal de material da residência** *[Obs.: marcar apenas uma alternativa]*

- | | |
|-----------------------|------------------|
| [1] Alvenaria | [5] Misto |
| [2] Taipa | [6] Improvisado |
| [3] Madeira/Tábua | [7] Outro. Qual? |
| [4] Barro com madeira | [99] NS/NR |

24. Parede *[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- | | |
|--------------|------------------|
| [1] S/Reboco | [4] Pintada |
| [2] C/Reboco | [5] Outro. Qual? |
| [3] Cerâmica | [99] NS/NR |

25. Teto *[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| [1] Laje | [4] Fibrocimento/Amianto |
| [2] Telha de barro | [5] Outro. Qual? |
| [3] Forro de gesso | [99] NS/NR |

26. Piso *[Obs.: marcar apenas uma alternativa]*

- | | |
|----------------------|------------------|
| [1] Cerâmica | [4] Terra batida |
| [2] Cimento queimado | [5] Outro. Qual? |
| [3] Cimento grosso | [99] NS/NR |

27. Acesso a Água *[Obs.: marcar apenas uma alternativa]*

- | | |
|--------------|-----------------|
| [1] Encanada | [3] Cisterna |
| [2] Poço | [4] Outro. Qual |
| | [99] NS/NR |

28. Acesso Energia Elétrica *[Obs.: marcar apenas uma alternativa]*

- | | |
|---------|------------------|
| [1] Não | [3] Outro. Qual? |
| [2] Sim | [99] NS/NR |

29. Quantidade de cômodos | Quartos [___] Banheiros [___] Demais [___]

30. Havia quais Provimentos Comunitários:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| [1] Unidade de Saúde | [6] Assistência Social (CRAS) |
| [2] Escola Pública | [7] Transporte Público |
| [3] Creche | [8] Parques/Áreas de Lazer públicas |
| [4] Posto Policial / Patrulhamento | [9] Outro. Qual? |
| [5] Guarda Municipal | [99] NS/NR |

31. Infraestrutura Urbana do entorno

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| [1] Pavimentação rua | [5] Saneamento básico |
| [2] Rede elétrica rua | [6] Rede de esgoto |
| [3] Limpeza Urbana | [7] Outro. Qual? |
| [4] Coleta de lixo | [99] NS/NR |

III - CONDIÇÕES DE MORADIA – ATUAL – (PMCMV)

32 A casa teve alguma adaptação para atender algum pedido de morador com necessidades especiais/idosos ou em outras condições?

- | | |
|---------|---------------------------|
| [1] Não | [2] Sim. Qual caso? _____ |
| | [99] NS/NR |

Percepção/avaliação do beneficiário entrevistado sobre a residência recebida e o entorno. Utilize a escala abaixo para avaliar.

Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito Satisfeito
1	2	3	4	5

HABITABILIDADE da casa ¹¹	1 a 5
33. Disposição dos cômodos (desenho da casa)	
34. Adequado ao mobiliário (móveis em geral: cama, guarda-roupa, geladeira, fogão, mesa, etc.)	
35. Tamanho cozinha	
36. Tamanho sala	
37. Tamanho Quartos	
38. Tamanho banheiro	

¹¹ Com base/adaptação no roteiro de entrevista de MOREIRA, Vinicius de Souza. *Avaliação do Programa "Minha Casa, Minha Vida" em Minas Gerais.* – Viçosa, MG, 2016. [Dissertação] Disponível em: <www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8661/texto%20completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

39. Tamanho área de serviço	
40. Temperatura (inverno e verão)	
41. Ruídos/Barulhos (interno e externo)	
42. Iluminação natural	
43. Ventilação natural	
SEGURANÇA da casa/bairro	
44. Estrutural (incêndios, intempéries: chuvas, ventanias, tempestades)	
45. Intrusão (assaltos, roubos ou quaisquer tipos de vandalismo)	
46. No conjunto residencial	
CONSTRUÇÃO E ESTÉTICA da casa	
47. Pisos	
48. Paredes	
49. Portas e Janelas	
50. Telhado	
51. Estrutura geral	
52. Instalação elétrica	
53. Instalação hidráulica	
54. Aparência geral da casa	
INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS do conjunto residencial/rua	
55. Área de Lazer/Parque (se houver)	
56. Ruas (pavimentação)	
57. Calçadas	
58. Acessibilidade (adaptado as calçadas e outros equipamentos p/ pessoas com deficiência física)	
59. Abastecimento de água	
60. Iluminação pública	
61. Coleta de esgoto	
62. Coleta de lixo	
63. Limpeza urbana	
64. escoamento de água (bueiros)	
65. Sinal de telefonia celular	
66. Sinal de internet	
67. Transporte público (acesso)	
68. Transporte público (frequência)	
69. Ligação entre bairro e centro/cidade	
70. Educação (escolas/instituições de ensino em geral) - acesso	

71. Saúde (posto de saúde, hospital) – acesso	
72. Assistência Social (CRAS/CREAS – acesso)	
73. Igrejas/Espaços de manifestação religiosa/Templos religiosos	
74. Comércio/serviços básicos (mercados, farmácias, vestuário, pagamento de contas)	

75. Quanto à mudança para uma casa do PMCMV, qual avaliação para você e sua família?

[Obs.: pode marcar até 3 alternativas]

- | | |
|--|--------------------------|
| [1] Ter casa própria | [5] Melhoria da renda |
| [2] Comodidade | [6] Ter saído do aluguel |
| [3] Conforto | [7] Outro. Qual? |
| [4] Melhoria do acesso a serviços de saúde, educação e lazer | [99] NS/NR |

76. O que seria necessário nesse bairro para melhorar a qualidade de vida das pessoas?

[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]

- | | |
|-------------------------------|--------------------------------|
| [1] Segurança/Policiamento | [12] Unidade de Saúde |
| [2] Iluminação | [13] Feira local |
| [3] Coleta de lixo | [14] Comércio e Serviços |
| [4] Limpeza urbana | [15] Praças e ruas arborizadas |
| [5] Água regularmente | [16] Quadra de esportes |
| [6] Saneamento/Rede de Esgoto | [17] Parques/Áreas de lazer |
| [7] Transporte público | [18] Academia das Cidades |
| [8] Transporte escolar | [19] Casa lotérica |
| [9] Creche | [20] Posto bancário |
| [10] Escolas | [21] Outro. Qual? |
| [11] Opções de trabalho | [99] NS/NR |

77. Quais foram as principais dificuldades da família para a aquisição e a transferência para a casa do PMCMV? [Obs.: pode marcar até 3 alternativas]

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| [1] Burocracia inscrição | [5] Distância para o trabalho |
| [2] Ser sorteado | [6] Distância de familiares |
| [3] Prazo entrega e inauguração | [7] Distância centro |
| [4] Estrutura/Acomodações da casa | [9] Outro. Qual? |
| | [99] NS/NR |

Anotações extras: